

# ENERGY EVOLUTION

PARTE III  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS 2019

galp 

# ÍNDICE

## Parte I – Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração da posição financeira consolidada	5
Demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados	7
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	8
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	9
Notas às demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2019	10
1. Bases de apresentação	10
2. Políticas contábilísticas relevantes, julgamentos e estimativas	10
3. Impacto resultante da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS	12
3.1 Adoção da IFRS 16 – ‘Locações’	12
3.2 Novas Normas aprovadas pela União Europeia e adotadas ou a adotar	13
4. Informação por segmentos	14
5. Ativos tangíveis	17
6. Ativos intangíveis	24
7. Locações	26
8. Goodwill	29
9. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	30
10. Inventários	32
11. Clientes e outras contas a receber	33
12. Outros ativos financeiros	36
13. Caixa e equivalentes de caixa	36
14. Dívida Financeira	37
15. Fornecedores e outras contas a pagar	40
16. Imposto sobre o rendimento e contribuição extraordinária para o setor energético	41
17. Benefícios pós-emprego e outros benefícios	44
18. Provisões e ativos e passivos contingentes	49
19. Instrumentos financeiros derivados	51
20. Ativos e passivos financeiros	55
21. Gestão de riscos financeiros	57
22. Estrutura de capital e itens financeiros	61
23. Interesses que não controlam	62
24. Proveitos e ganhos	63
25. Custos e perdas	65
26. Custos com pessoal	66
27. Proveitos e custos financeiros	67

# ÍNDICE

28. Compromissos	68
29. Transações com partes relacionadas	69
30. Empresas do grupo Galp	71
31. Eventos subsequentes	78
32. Aprovação das demonstrações financeiras	78
Certificação legal das contas e relatório de auditoria	79

## Parte II – Demonstrações Financeiras Individuais

Demonstração da posição financeira	93
Demonstração dos resultados e do rendimento integral	95
Demonstração das alterações no capital	96
Demonstração dos fluxos de caixa	97
Notas às demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2019	98
1. Informação corporativa	98
2. Políticas contabilísticas significativas estimativas e julgamentos	98
3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS	99
3.1 Adoção de novas normas em 2019	99
3.2 Normas e interpretações aprovadas e publicadas pela União Europeia	100
4. Ativos tangíveis	101
5. Ativos intangíveis	103
6. Direitos de uso e responsabilidades por locações	103
7. Subsídios	105
8. Goodwill	105
9. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	105
10. Inventários	106
11. Clientes e Outras contas a receber	107
12. Outros ativos financeiros	109
13. Caixa e equivalentes de caixa	110
14. Dívida financeira	110
15. Fornecedores e Outras contas a pagar	113
16. Imposto sobre o rendimento	114
17. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	116
18. Provisões	116
19. Instrumentos financeiros derivados	116
20. Ativos e passivos financeiros	116

# ÍNDICE

21. Gestão de riscos financeiros .....	118
22. Estrutura de capital .....	118
23. Proveitos e ganhos .....	120
24. Custos e perdas .....	121
25. Custos com pessoal .....	121
26. Proveitos e custos financeiros .....	122
27. Ativos e responsabilidades contingentes .....	122
28. Transações com partes relacionadas .....	123
29. Informação sobre matérias ambientais .....	125
30. Eventos subsequentes .....	125
31. Aprovação das demonstrações financeiras .....	125
Certificação legal das contas e relatório de auditoria .....	126

O “Glossário e Abreviaturas” constantes deste Relatório Integrado encontra-se disponível na Parte IV deste relatório – Anexos.

Parte I  
Demonstrações  
financeiras  
consolidadas

A white curved line graphic on a blue background, starting from the bottom left and curving upwards and to the right, ending at the bottom right edge of the frame.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Demonstração da posição financeira consolidada

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

Ativo	Notas	(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)	
		2019	2018
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos tangíveis	5	5.671	5.333
Ativos intangíveis	6	577	547
Goodwill	8	85	85
Direitos de uso de ativos	7	1.167	-
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9	870	1.295
Ativos por impostos diferidos	16	367	369
Outras contas a receber	11	259	238
Outros ativos financeiros	12	169	92
<b>Total de ativos não correntes:</b>		<b>9.167</b>	<b>7.960</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	10	1.055	1.171
Outros investimentos financeiros	12	174	242
Clientes	11	980	1.032
Outras contas a receber	11	935	598
Empréstimos à Sinopec	12	-	176
Caixa e seus equivalentes	13	1.460	1.508
<b>Total dos ativos correntes:</b>		<b>4.603</b>	<b>4.726</b>
<b>Total do ativo:</b>		<b>13.770</b>	<b>12.687</b>

**PARTE I**  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Capital Próprio e Passivo	Notas	2019	2018
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social e prémios de emissão		911	911
Reservas		1.356	1.843
Resultados acumulados		2.153	1.832
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas:</b>		<b>4.420</b>	<b>4.587</b>
Interesses que não controlam	23	1.237	1.460
<b>Total do capital próprio:</b>		<b>5.657</b>	<b>6.047</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Dívida financeira	14	2.616	2.686
Responsabilidades por locações	7	1.042	-
Outras contas a pagar	15	121	126
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	17	332	304
Passivos por impostos diferidos	16	299	196
Outros instrumentos financeiros	19	5	37
Provisões	18	819	658
<b>Total do passivo não corrente:</b>		<b>5.234</b>	<b>4.006</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Dívida financeira	14	278	559
Responsabilidades por locações	7	182	-
Fornecedores	15	852	933
Outras contas a pagar	15	1.343	958
Outros instrumentos financeiros	19	84	102
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	16	141	82
<b>Total do passivo corrente:</b>		<b>2.879</b>	<b>2.634</b>
<b>Total do passivo:</b>		<b>8.113</b>	<b>6.640</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>		<b>13.770</b>	<b>12.687</b>

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

		(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)	
	Notas	2019	2018
Vendas	24	15.962	16.535
Prestação de serviços	24	608	647
Outros proveitos operacionais	24	368	141
Proveitos financeiros	27	123	18
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9	121	129
<b>Total de proveitos e ganhos:</b>		<b>17.182</b>	<b>17.470</b>
Custo das vendas	25	(12.592)	(12.763)
Fornecimentos e serviços externos	25	(1.650)	(1.780)
Custos com o pessoal	26	(346)	(321)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	25	(979)	(691)
Provisões e perdas por Imparidades de contas a receber	25	(6)	(5)
Outros custos operacionais	25	(132)	(134)
Custos financeiros	27	(197)	(88)
<b>Total de custos e perdas:</b>		<b>(15.903)</b>	<b>(15.782)</b>
<b>Resultado antes de impostos e outras contribuições:</b>		<b>1.279</b>	<b>1.688</b>
Impostos e PE	16	(742)	(736)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	16	(58)	(60)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>479</b>	<b>892</b>
Resultado líquido atribuível a:			
Acionistas da Galp Energia SGPS, S.A.		389	741
Interesses que não controlam	23	90	151
<b>Resultado básico e diluído por ação (valor em Euros)</b>		<b>0,47</b>	<b>0,89</b>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>479</b>	<b>892</b>
Itens que no futuro não serão reciclados por resultados do período			
Remensurações	17	(5)	22
Imposto relacionado com remensurações	17	7	(3)
Itens que no futuro poderão ser reciclados por resultados do período			
Diferenças de conversão cambial		11	(104)
Reservas de cobertura	19	(20)	3
Imposto relacionado com os itens acima	16	11	45
<b>Total do rendimento integral do exercício, atribuível a:</b>		<b>482</b>	<b>854</b>
Acionistas da Galp Energia SGPS, S.A.		392	726
Interesses que não controlam		90	128

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados e devem ser lidas em conjunto.



## Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)

	Notas	Capital social e Prémios de emissão		Reservas				Sub-Total	Interesses que não controlam	Total
		Capital social	Prémios de emissão	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Outras reservas	Resultados acumulados			
Saldo em 1 de janeiro de 2018		829	82	(151)	4	2.688	889	4.341	1.435	5.776
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	741	741	151	892
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		-	-	(35)	2	-	18	(15)	(23)	(38)
Rendimento integral do exercício		-	-	(35)	2	-	759	726	128	854
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(480)	(480)	(41)	(521)
Incremento/diminuição de reservas		-	-	-	-	(664)	664	-	(61)	(61)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>829</b>	<b>82</b>	<b>(186)</b>	<b>6</b>	<b>2.024</b>	<b>1.832</b>	<b>4.587</b>	<b>1.460</b>	<b>6.047</b>
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	389	389	90	479
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		-	-	17	(16)	-	2	3	-	3
Rendimento integral do ano		-	-	17	(16)	-	391	392	90	482
Distribuição de dividendos	22,23	-	-	-	-	-	(559)	(559)	(69)	(628)
Incremento/diminuição de reservas		-	-	-	-	(489)	489	-	(244)	(244)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>829</b>	<b>82</b>	<b>(169)</b>	<b>(10)</b>	<b>1.535</b>	<b>2.153</b>	<b>4.420</b>	<b>1.237</b>	<b>5.657</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

		(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)	
	Notes	2019	2018
<b>Atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		18.721	19.450
(Pagamentos) a fornecedores		(11.607)	(12.301)
(Pagamento) de imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)		(2.595)	(2.706)
(Pagamento) de imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		(1.652)	(1.720)
(Pagamento) de Royalties, taxas, PIS e Cofins, e outros		(189)	(181)
(Pagamentos) relativos a pessoal		(335)	(328)
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		(96)	(125)
(Pagamento) de imposto sobre o rendimento (IRC, IRP e PE)	16	(503)	(613)
Recebimento de dividendos	7	146	118
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>1.890</b>	<b>1.594</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
Recebimentos por alienações de ativos tangíveis e intangíveis		51	-
(Pagamentos) por aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(1.111)	(1.110)
Recebimentos de investimentos financeiros		478	332
(Pagamentos) de investimentos financeiros		(63)	(90)
Recebimentos de empréstimos concedidos		287	71
(Pagamentos) de empréstimos concedidos		(132)	(74)
Recebimento de juros e proveitos similares		35	30
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(454)</b>	<b>(841)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>			
Recebimento de empréstimos obtidos	14	1.527	1.500
(Pagamento) de empréstimos obtidos	14	(1.910)	(1.244)
(Pagamento) de juros e custos similares		(80)	(93)
Pagamentos de locações	7	(99)	-
Pagamentos de juros de locações	7	(90)	-
Aumentos / (Diminuições) de capital e de outros instrumentos de capital próprio	23	(244)	21
Dividendos pagos	22	(623)	(512)
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(1.519)</b>	<b>(328)</b>
Varição líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(82)	425
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		8	(19)
Varição de caixa por alteração no perímetro de consolidação		1	2
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		1.504	1.096
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>13</b>	<b>1.431</b>	<b>1.504</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**Notas às demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2019**

A Galp Energia SGPS, S.A. (a Empresa) tem a sua sede em Lisboa, Portugal e é uma entidade cotada na Euronext Lisbon.

## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia SGPS, S.A. e das suas subsidiárias (coletivamente referidas no presente documento como Galp ou grupo Galp) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e sujeitas a endosso pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp foram preparadas tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor por resultado integral e ativos financeiros ao justo valor por resultados.

As principais políticas contabilísticas descritas abaixo foram aplicadas de forma consistente na preparação das demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros e todos os valores são arredondados para o milhão de Euros mais próximo, salvo indicação em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

### Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se, conforme o seu conteúdo, descritas na nota respetiva das demonstrações financeiras consolidadas.

### Aplicação da materialidade

As demonstrações financeiras consolidadas são o resultado da agregação de um grande número de transações por natureza. Quando agregadas, as transações são apresentadas em classes de itens semelhantes. Se um item não for individualmente material, será agregado a outros itens de natureza semelhante nas demonstrações financeiras consolidadas ou nas notas explicativas. Existem requisitos exaustivos de divulgação nos IFRS. A Administração inclui as divulgações específicas exigidas pelos IFRS, a menos que as informações sejam consideradas irrelevantes para a tomada de decisão económica dos utilizadores das presentes demonstrações financeiras ou caso as mesmas não sejam aplicáveis.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa-mãe Galp Energia, SGPS, S.A. e das entidades sob o seu controlo. O controlo existe quando a Galp detém poder efetivo sobre uma entidade e está exposta a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com essa entidade. Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos, proveitos e custos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados consolidados, desde a data da sua aquisição até à data da sua venda. Os interesses que não controlam representam a percentagem de capital das subsidiárias que não é atribuível, direta ou indiretamente, aos acionistas da Galp.

## Conversão de moeda estrangeira

### Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de entidades do Grupo Galp são mensurados usando a moeda do ambiente económico principal em que a subsidiária opera (moeda funcional). A moeda funcional e moeda de apresentação da empresa-mãe é o Euro.

### Conversão de transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira consolidada, no caso dos ativos e passivos monetários, são registadas na demonstração dos resultados consolidados.

## Conversão de empresas do Grupo

Na consolidação, os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos, proveitos, rendimento integral e os fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada no rendimento integral na rubrica reservas de conversão cambial.

As seguintes variações cambiais são reconhecidas no rendimento integral: (i) A conversão da demonstração do resultado integral das subsidiárias estrangeiras é efetuada tendo em conta a média histórica das taxas de câmbio no final do exercício; (ii) os empréstimos concedidos por acionistas a subsidiárias em moedas distintas da moeda funcional da entidade-mãe e que não possuam prazo de pagamento estipulado são tratados como extensão líquida ao investimento nestas subsidiárias estrangeiras. Nesta conformidade, as diferenças cambiais resultantes desses empréstimos que não foram eliminadas na consolidação são reclassificadas do resultado para o capital próprio atribuível aos acionistas, para a rubrica de reservas de conversão cambial.

## Principais estimativas e julgamentos

Inerente à aplicação das políticas contabilísticas utilizadas na preparação das presentes demonstrações financeiras encontra-se a necessidade da Administração efetuar julgamentos, estimativas e pressupostos, que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a divulgação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas e pressupostos considerados.

Os julgamentos e as estimativas contabilísticas que possam ter um impacto significativo nos resultados do Grupo são descritos no anexo às demonstrações financeiras, juntamente com as políticas contabilísticas correspondentes. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e estimativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são: (i) contabilização de participações noutras entidades (Nota 9 e 30); (ii) contabilização

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

das atividades de petróleo e gás natural, incluindo a estimativa de reservas (Nota 5); (iii) recuperabilidade do valor contabilístico dos ativos (Nota 5, 6 e 8); (iv) provisões e contingências (Nota 18); (v) pensões e outros benefícios pós-emprego (Nota 17); (vi) imposto sobre o rendimento (Nota 16) e (vii) locações (Nota 7). Quando uma estimativa apresenta um risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contabilísticos de ativos e passivos em exercícios financeiros seguintes, é especificamente mencionado na respetiva nota.

### 3. IMPACTO RESULTANTE DA APLICAÇÃO DE NOVAS NORMAS IFRS

#### 3.1 Adoção da IFRS 16 – ‘Locações’

A IFRS 16 determina como se deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar os contratos de locação mantidos por uma entidade. Esta norma prevê um único modelo de contabilização para o locatário, exigindo como regra geral o reconhecimento de um direito de uso e de um passivo de locação, com exceção para algumas situações tais, como p.e., locações com maturidades inferiores a doze meses ou que sejam de valor imaterial.

O direito de uso do ativo é amortizado ao longo da sua vida útil económica e o respetivo passivo financeiro, reconhecido pelo valor presente descontado à taxa de juro incremental da entidade legal ou à taxa de juro efetiva associada ao contrato de locação, vencerá juros, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados. Para cada locação, a amortização subsequente do ativo correspondente ao direito de uso e os custos com juros relacionados com o passivo financeiro são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período do contrato. A IFRS 16 vem substituir a IAS 17 – Locações, IFRIC 4 – Determinar se um contrato possui uma locação, SIC 15 – Locações operacionais – Incentivos e SIC 27 – Avaliar a substância de transações envolvendo a forma legal de uma locação e entra em

vigor em períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2019. A Galp adotou a IFRS 16, com efeitos a 1 de janeiro de 2019.

No reconhecimento inicial reconheceu os direitos de uso de ativos no mesmo montante dos passivos de locação sem a reexpressão de períodos anteriores (“*modified retrospective approach*”).

Conforme permitido pela norma, a Galp aplicou o expediente prático disponível no normativo no que respeita à avaliação anterior de contratos que são, ou contêm, locação (“*grandfathering*”), excluindo assim da adoção inicial da IFRS 16 os contratos não abrangidos pelo âmbito de aplicação da IAS 17.

Na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os pagamentos de locação operacional eram apresentados nos fluxos de caixa operacionais. De acordo com a IFRS 16, os pagamentos de locação são apresentados nos fluxos de caixa das atividades de financiamento, representando os pagamentos dos passivos financeiros e os juros devidos. Os pagamentos de locação relacionados com ativos de baixo valor bom como os contratos de locação com prazos inferiores a 12 meses e pagamentos variáveis de locação que não estão vinculados a um índice, não estão incluídos no passivo de locação e continuam a ser apresentados como fluxo de caixa das atividades operacionais.

As taxas de desconto usadas são as taxas de juro incrementais, conforme adequado para cada locação, com base em fatores como a entidade legal do locatário, a categoria de ativo, o prazo de locação e a moeda. Presentemente, o intervalo destas taxas de juro incrementais aplicáveis à maioria dos contratos de locação do Grupo varia entre os 2% e os 9%.

A política contabilística encontra-se descrita na Nota 7.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**3.2 Novas normas aprovadas pela União Europeia e adotadas ou a adotar**

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2019 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IFRS / IFRIC	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 1 e IAS 8: Definição de materialidade	29/11/2019	01/01/2020	2020	Aplicável, mas sem impacto significativo.
Alterações às IFRS pela publicação da Estrutura Conceptual	29/11/2019	01/01/2020	2020	Sem impacto previsível.

As normas IFRS aprovadas e publicadas no JOUE com aplicação no exercício de 2019 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IFRS / IFRIC	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alteração à IFRS 9: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa	26/03/2018	01/01/2019	2019	Sem impactos contabilísticos relevantes.
IFRIC 23: Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre rendimento	23/10/2018	01/01/2019	2019	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Alteração à IAS 28: Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos	08/02/2019	01/01/2019	2019	Não aplicável.
Alteração à IAS 19: Alterações, reduções e liquidações de planos de benefício definido	13/03/2019	01/01/2019	2019	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Ciclo anual de melhorias 2015-2017: (i) IAS 23: Custos de empréstimos obtidos; (ii) IAS 12: Impostos sobre o rendimento; e (iii) IFRS 3: Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11: Acordos conjuntos	14/03/2019	01/01/2019	2019	(i) Sem impactos contabilísticos relevantes. (ii) Sem impactos contabilísticos relevantes. (iii) Com impactos contabilísticos (Nota 9)
IFRS 16: Locações	31/10/2017	01/01/2019	2019	Com impacto contabilístico significativo (Nota 7).

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

### Segmentos operacionais

O Grupo está organizado em três segmentos operacionais os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados: Exploração & Produção; Refinação & Distribuição e Gas & Power.

O segmento de Exploração & Produção representa a presença da Galp no setor de *upstream* da indústria de petróleo e gás, que envolve a gestão de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente, no Brasil, Moçambique e Angola.

O segmento de Refinação & Distribuição possui duas refinarias em Portugal e inclui também todas as atividades relacionadas com a comercialização retalhista e grossista de produtos petrolíferos (incluindo GPL). Este segmento compreende ainda toda a infraestrutura de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal e Espanha, tanto para exportação e importação como para a comercialização dos seus produtos para os principais centros consumidores. Esta atividade de marketing de retalho sob a marca Galp também inclui determinados países em África.

O segmento de Gas & Power engloba as áreas de aprovisionamento, fornecimento, distribuição e armazenamento de gás natural e a geração de energia elétrica e térmica.

Para além dos três segmentos de negócio, o Grupo classifica como “Outros” a empresa-mãe Galp Energia, SGPS, S.A. e as empresas com atividades diversas, incluindo a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A., resseguradora e prestadora de serviços partilhados ao nível corporativo, respetivamente.

O relato por segmentos é apresentado numa ótica de *replacement cost* (RC ou custo de reposição), que consiste no indicador utilizado pela Administração do Grupo (neste caso a Comissão Executiva) para tomar decisões quanto à alocação de recursos e avaliação de performance. Com base no método do custo de reposição, o custo das vendas apurado de acordo com o normativo IFRS (custo médio ponderado) é substituído pelo preço de referência do crude (p.e. *Brent-dated*) à data da demonstração da posição financeira, como se o custo das vendas fosse mensurado ao custo de reposição dos inventários vendidos. Foi incluída uma reconciliação entre os resultados apurados de acordo com os IFRS e os resultados apresentados no relato por segmentos.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A informação financeira relativa aos segmentos anteriormente identificados, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é apresentada como segue:

	Unid: € m											
	Consolidado		Exploração & Produção		Refinação & Distribuição		Gas & Power		Outros		Ajustamentos de consolidação intersegmentais	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Vendas e prestações de serviços	16.570	17.182	2.475	1.687	12.409	12.780	2.678	2.885	157	142	(1.149)	(312)
Custo das vendas	(12.604)	(12.828)	(354)	528	(11.082)	(11.308)	(2.021)	(2.161)	-	-	852	114
dos quais variação de produção	(345)	167	(328)	4	(16)	162	-	-	-	-	-	-
Outras proveitos e custos	(1.759)	(2.108)	(570)	(775)	(886)	(834)	(468)	(587)	(133)	(115)	298	203
dos quais Under & Overlifting	169	(33)	169	(33)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EBITDA Replacement Cost</b>	<b>2.207</b>	<b>2.245</b>	<b>1.552</b>	<b>1.440</b>	<b>441</b>	<b>637</b>	<b>189</b>	<b>137</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	(979)	(691)	(557)	(329)	(398)	(337)	(19)	(21)	(5)	(4)	-	-
Provisões (líquidas)	(8)	9	(1)	17	(7)	(7)	-	-	-	-	-	-
<b>EBIT Replacement Cost</b>	<b>1.220</b>	<b>1.564</b>	<b>994</b>	<b>1.128</b>	<b>36</b>	<b>293</b>	<b>171</b>	<b>116</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Resultados relativos a participações em associadas e empreendimentos conjuntos	121	129	36	50	(5)	(6)	92	85	(1)	-	-	-
Resultados financeiros	(74)	(70)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre rendimento e PE a RC	(736)	(735)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(58)	(60)	-	-	(21)	(24)	(37)	(37)	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido Consolidado a Replacement Cost, do qual:</b>	<b>473</b>	<b>828</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Atribuível a interesses que não controlam	(90)	(151)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atribuível a acionistas da Galp Energia SGPS SA	383	676	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## OUTRAS INFORMAÇÕES

## Ativos do Segmento (1)

Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos (2)	870	1.295	524	918	75	95	272	282	-	-	-	-
Outros ativos	12.900	11.392	7.485	5.871	4.793	4.568	1.152	1.086	2.486	2.442	(3.016)	(2.575)
<b>Ativos do Segmento</b>	<b>13.770</b>	<b>12.687</b>	<b>8.008</b>	<b>6.789</b>	<b>4.868</b>	<b>4.663</b>	<b>1.423</b>	<b>1.367</b>	<b>2.486</b>	<b>2.442</b>	<b>(3.016)</b>	<b>(2.575)</b>
dos quais Direitos de uso de ativos	1.167	-	750	-	414	-	1	-	3	-	-	-
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis	1.195	1.159	982	905	197	236	5	8	11	10	-	-

1) Montante líquido

2) Calculado com base no método da equivalência patrimonial



## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

As informações detalhadas sobre vendas e serviços prestados, ativos tangíveis e intangíveis e investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos para cada região geográfica em que a Galp opera são as seguintes:

	Unid: € m					
	Vendas e prestações de serviços <sup>1</sup>		Ativos tangíveis e intangíveis		Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	16.570	17.182	6.334	5.965	870	1.295
África	673	657	1.168	1.207	53	58
América Latina	1.437	1.439	3.154	2.561	528	928
Europa	14.460	15.086	2.012	2.197	290	309

<sup>1</sup>Líquido de operações de consolidação.

As transações comerciais e financeiras entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições usuais de mercado, de forma semelhante às transações entre partes independentes.

A reconciliação entre o Relato por Segmentos e a Demonstração dos Resultados Consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Unid: €m	
	2019	2018
Vendas e prestações de serviços	16.570	17.182
Custo das vendas de acordo com os IFRS	(12.592)	(12.763)
Ajustamento <i>Replacement Cost</i> (a)	(12)	(65)
Custo das Vendas a <i>Replacement Cost</i>	(12.604)	(12.828)
Outros proveitos e custos	(1.759)	(2.108)
Depreciações e amortizações	(979)	(691)
Provisões (net)	(8)	(9)
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	121	129
Resultados financeiros	(74)	(70)
Resultado antes de impostos e outras contribuições a <i>Replacement Cost</i>	1.267	1.624
Ajustamento <i>Replacement Cost</i>	12	65
Resultado antes de impostos e outras contribuições em IFRS	1.279	1.689
Imposto sobre o Rendimento e PE	(742)	(736)
Imposto sobre o Rendimento e PE (ajustamento <i>Replacement Cost</i> ) (b)	6	1
Contribuição extraordinária sobre setor o energético	(58)	(60)
Resultado líquido consolidado do exercício a <i>Replacement Cost</i>	473	828
<i>Replacement Cost</i> (a) +(b)	6	65
Resultado líquido consolidado do exercício em IFRS	479	892

## 5. ATIVOS TANGÍVEIS

### Políticas contabilísticas

#### Reconhecimento

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, as despesas de transporte, montagem, obrigações de desmantelamento e os encargos financeiros suportados durante o período de construção. Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### Gastos com reparação e manutenção

As despesas com grandes manutenções ou reparações representam o custo de reposição de ativos ou partes de ativos, custos de inspeção e custos de revisão. Quando um ativo ou parte de um ativo que foi depreciado separadamente é substituído e é provável que os benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Grupo, o gasto é capitalizado e o valor contabilístico do ativo substituído é abatido. Os custos de inspeção associados aos principais programas de manutenção são capitalizados e amortizados ao longo do período até a próxima inspeção. Os custos de revisão associados a grandes programas de manutenção e todos os outros custos de manutenção são registados como gastos do exercício, quando incorridos.

#### Ativos tangíveis E&P

Durante a fase de exploração, existem apenas recursos contingentes e prospetivos. Nesta fase, a Galp reconhece como custo operacional todas as despesas relacionadas com exploração (p.e. despesas relacionadas com estudos de geologia e geofísica (G&G) e gastos gerais e administrativos (G&A)). Outras despesas incorridas na fase de exploração, relacionadas com a construção de poços exploratórios, são capitalizadas em ativo em curso, e sujeitas a análises de imparidade quando são identificados indícios. Poços secos são reconhecidos como despesas no exercício. No início da produção, se estiverem disponíveis reservas comercialmente viáveis, os custos capitalizados são depreciados com base na atual política de depreciação.

#### Depreciação

##### Ativos tangíveis E&P

Propriedades petrolíferas, incluindo os oleodutos relacionados, direitos minerais e custos futuros com desmantelamento, são depreciadas pelo método das unidades de produção (UoP). O custo de poços produtores é depreciado com base em reservas provadas e desenvolvidas. A taxa UoP para a depreciação de ativos comuns tem em consideração as despesas incorridas à data, conjuntamente com a estimativa de despesas futuras a incorrer para o desenvolvimento das reservas não desenvolvidas e que se espera venham a ser processadas utilizando as infraestruturas comuns. Plataformas flutuantes (FPSO) são atualmente depreciadas tendo em consideração o método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil estimada do ativo e o período de concessão do campo em que a plataforma está implantada.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**Taxas de depreciação para Ativos tangíveis**

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

Taxas de depreciação	2019	2018
Edifícios e outras construções	4,4%	4,3%
Equipamento básico	11,2%	12,2%
Equipamento de transporte	20,3%	16,1%
Ferramentas e utensílios	16,6%	16,1%
Equipamento administrativo	27,1%	20,3%
Taras e vasilhame	13,2%	12,8%
Outros ativos tangíveis	8,1%	7,2%

**Imparidade**

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo em apreço. Na realização dos testes de imparidade, os ativos tangíveis são alocados à respetiva Unidade Geradora de Caixa (UGC). A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertença, com base no método de fluxos de caixa descontados. As taxas de desconto são calculadas ajustando a taxa pós-imposto para refletir os níveis específicos de risco das UGC.

**Testes de imparidade aos ativos da atividade de Refinação & Distribuição**

Ativos tangíveis e intangíveis relacionados com a atividade de refinação e distribuição de produtos petrolíferos são avaliados pelo Grupo quanto à existência de imparidade no final de cada período de relato, considerando fontes internas e externas de informação. Na sua análise anual de imparidade sobre o segmento de distribuição de combustíveis, o Grupo considera como Unidade Geradora de Caixa a rede de postos para cada país, tendo em conta (i) a interdependência das estações de serviço para a sustentabilidade da quota de mercado do Grupo e

consequentemente dos seus resultados; e (ii) a existência dos cartões de fidelização e frotistas que a empresa faculta aos seus clientes a nível nacional.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável na rede de postos em comparação com o seu valor líquido contabilístico na data da demonstração da posição financeira. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o momento presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio plurianuais para a rede de postos na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto uma taxa pós-imposto ajustada dos riscos específicos para este segmento de negócio.

São ainda efetuados testes de imparidade a outros ativos do segmento de refinação e distribuição, nomeadamente as refinarias e aos ativos tangíveis associados às atividades de logística e armazenagem. O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

**Testes de imparidade aos ativos da atividade de Exploração & Produção**

As perdas por imparidade dos ativos na atividade de exploração e produção petrolífera são determinadas quando:

- Não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- O período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- Uma área adquirida for entregue ou abandonada;
- Os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efetuado.

Ativos tangíveis e intangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção são sujeitos a uma avaliação periódica (anual e revisões trimestrais ou quando existem indícios) quanto à existência de imparidade. A unidade geradora de caixa será o projeto ou o Bloco específico, dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos. A avaliação de

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

imparidade é efetuada pelo modelo *Expected Monetary Value* (EMV) através da comparação do valor líquido contabilístico dos investimentos efetuados com o valor atual esperado do retorno do investimento que resulta da atualização dos fluxos de caixa futuros, através de uma taxa de desconto pós-imposto ajustada pelo risco específico do ativo, calculados atendendo a estimativas de:

- Reservas prováveis;
- Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
- Recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;
- Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
- Preço de referência do Barril de *Brent*;
- Taxa de câmbio aplicável;
- Mecanismos de tributação da Unidade Geradora de Caixa (UGC);
- Nível de produção estimado e período de concessão; e
- Custos de abandono e recuperação ambiental.

O modelo EMV toma em consideração no seu cálculo a *Probability of Geological Success* (ou somente *Probability of Success*)/(POS)) que é uma probabilidade condicional estatística (probabilidade bayesiana). Esta probabilidade utilizada na ciência da Geologia segue uma matriz probabilística tendo por base informação sísmica e outra informação de G&G. Essa informação é medida tendo em consideração a quantidade, qualidade e certeza das reservas (*data control*). O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A Galp efetua testes de imparidade em qualquer fase da atividade de Exploração & Produção, isto é, na fase de exploração, de desenvolvimento e produção.

Na fase de exploração, a UGC depende das características/condições de investimento de cada projeto. Numa fase inicial de investimento a UGC é o país, dado que o investimento compreende o investimento em bônus de assinatura e a eventual pesquisa genérica à área/áreas totais. Quando as áreas totais são repartidas pelo organismo oficial do país em blocos, a Galp passa a definir a sua UGC como sendo o bloco, descendo assim de nível de avaliação nos testes de imparidade. Nesta fase onde ainda não existem reservas, a Galp utiliza nos testes de imparidade os recursos prospetivos e contingentes (1C, 2C e 3C) com *POS (Probability of Success)* muito baixas.

Assim, se houver uma descoberta de reservas, o investimento passa para a fase seguinte, a de desenvolvimento, tendo sido previamente sujeito a testes de imparidade. Na fase de desenvolvimento, os testes de imparidade também têm em consideração a POS (mais elevadas que na primeira fase, dado já haver reservas comercialmente viáveis) e reservas 2P (reservas provadas e desenvolvidas), de forma a estimar os recursos prospetivos que serão gerados pelo bloco em análise.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Reservas de petróleo e gás

As estimativas das reservas de petróleo bruto são parte integrante do processo de tomada de decisão relativamente aos ativos da atividade de exploração e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundárias. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de exploração e produção petrolífera, de acordo com o método UoP. O volume de reservas provadas e recursos contingentes e prospetivos é utilizado, dependendo da fase de prospeção em que se encontram, nas avaliações de imparidade dos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos com o abandono de áreas de desenvolvimento. A estimativa das reservas provadas está sujeita a julgamento e a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. O impacto das alterações de estimativas nas amortizações, depreciações e provisões para custos de abandono resultantes de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospetiva. A estimativa de reservas de petróleo e gás natural e os movimentos ocorridos no exercício encontram-se descritos na Informação Suplementar a este Relatório, a qual não foi auditada.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis

A determinação dos valores residuais e das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada período. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor a nível internacional. Alterações na vida económica dos ativos são registadas de forma prospetiva.

	Unid: € m				
	Terrenos, recursos naturais e edificações	Equipamento básico	Outros equipamentos	Imobilizações em curso	Total
Em 31 de dezembro 2019					
Custo de aquisição	1.231	10.120	493	2.005	13.850
Imparidades	(29)	(75)	(4)	(109)	(217)
Depreciação acumulada	(745)	(6.779)	(438)	-	(7.962)
<b>Valor Líquido</b>	<b>457</b>	<b>3.267</b>	<b>51</b>	<b>1.896</b>	<b>5.671</b>
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo de aquisição	1.226	8.775	476	2.318	12.794
Imparidades	(31)	(101)	(4)	(96)	(232)
Depreciação acumulada	(736)	(6.060)	(433)	-	(7.230)
<b>Valor Líquido</b>	<b>458</b>	<b>2.614</b>	<b>39</b>	<b>2.221</b>	<b>5.333</b>

Os movimentos em ativos tangíveis em 2019 e 2018 são os seguintes:

	Unid: € m				
	Terrenos, recursos naturais e edificações	Equipamento básico	Outros equipamentos	Imobilizações em curso	Total
<b>Saldo em 1 janeiro de 2018</b>	<b>471</b>	<b>2.585</b>	<b>37</b>	<b>2.100</b>	<b>5.193</b>
Adições	2	43	3	934	981
Depreciações e imparidades	(24)	(619)	(14)	1	(655)
Alienações e abates	(2)	(10)	-	(1)	(13)
Transferências	10	721	14	(745)	-
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	-	(104)	-	(68)	(172)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>	<b>458</b>	<b>2.614</b>	<b>39</b>	<b>2.221</b>	<b>5.333</b>
<b>Saldo em 1 janeiro de 2019</b>	<b>458</b>	<b>2.614</b>	<b>39</b>	<b>2.221</b>	<b>5.333</b>
Adições	-	99	2	1.131	1.232
Depreciações e imparidades	(24)	(751)	(18)	(17)	(810)
Alienações e abates	(12)	(8)	-	(8)	(28)
Transferências	30	1.318	28	(1.376)	-
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	4	(5)	-	(56)	(56)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>457</b>	<b>3.267</b>	<b>51</b>	<b>1.896</b>	<b>5.671</b>

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo realizou investimentos no segmento de Exploração e Produção relacionados com projetos no Brasil (€862 m, os quais foram influenciados pelas aquisições de equipamentos de E&P dos empreendimentos conjuntos Tupi BV e Iara BV), Angola (€86 m) e Moçambique (€77 m). No segmento de Refinação e Distribuição, foram realizados investimentos no montante de €201 m, maioritariamente relativos a investimentos industriais em refinarias, terminais e parques logísticos, bem como no negócio de retalho. Os valores acima mencionados incluem a capitalização de encargos financeiros no montante de €24 m (Nota 27).

Durante o ano, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) aprovou os Acordos de Unitização (AU) relativos a depósitos conjuntos dos blocos Lula, Atapu e Sépia.

A aprovação do AU, para o bloco Lula, apresentado pelo consórcio BM-S-11, entrou em vigor a partir de 1 de abril de 2019. Após esse processo de unitização, a participação da Galp, por via da sua subsidiária Petrogal Brasil, atingiu 9,209% da área unitizada do bloco Lula (Contrato de Concessão BM-S-11 + Cessão Onerosa + Área não contratada).

Relativamente ao bloco Sépia, sob a licença BM-S-24, a aprovação do AU foi efetivada a partir de 1 de setembro de 2019. Após esse processo de unitização, a participação da Galp, através da sua subsidiária Petrogal Brasil, situou-se nos 2,414% da área unitizada do bloco Sépia (Contrato de Concessão BM-S-24 + Cessão Onerosa).

No caso do bloco Atapu, que se estende além dos limites da licença BM-S-11A, a aprovação do AU entrou em vigor a partir de 1 de setembro de 2019. Após esse processo de unitização, a participação da Galp, através da sua subsidiária Petrogal Brasil, ficou em 1,703% da área unitizada do Atapu (Contrato de Concessão BM-S-11A + Cessão Onerosa + Área não contratada). Cabe ressaltar que a licença do BM-S-11A inclui duas áreas adicionais, Berbigão e Sururu, que também estão sujeitas a processos de unitização. Essas AUs foram submetidas à ANP em 2018 e carecem de aprovação pelo órgão regulador. Os processos de unitização requerem equalizações entre as partes, com base no capital incorrido pelos parceiros tendo em conta a sua

participação inicial e nos lucros operacionais resultantes da produção recebida em seu resultado.

Estas equalizações conduzem a reembolsos entre as partes envolvidas, de acordo com os termos e condições acordados entre si. Durante o ano, e em relação ao AU do Lula, a Galp reconheceu um impacto negativo de € 96 m no resultado líquido (após interesses que não controlam) e uma redução de €132 m em outros ativos / passivos (€ 71 m em “Efeito da variação cambial e outros ajustamentos” na tabela acima), resultantes do ajustamento nos rendimentos passados e nos investimentos líquidos. Os valores adicionais relacionados com a associada Tupi BV ainda não foram reconhecidos e devem conduzir a uma posição líquida de equalizações a pagar de aproximadamente €100 m.

Em relação ao bloco Sépia, foi reconhecido um impacto negativo no resultado líquido do exercício (após interesses que não controlam) de €4 m e um aumento nos investimentos de €17 m (incluídos em “Efeito da variação cambial e outros ajustamentos” na tabela acima), o que resultou numa equalização líquida a pagar de aproximadamente €26 m.

Para o Atapu, o processo de unitização está concentrado principalmente na associada Iara BV e os impactos contabilísticos desse processo de unitização dependem de certos procedimentos legais e regulatórios a serem realizados pela Iara BV. Estimamos que os valores relacionados a este processo de unitização resultarão num saldo líquido a receber de €165 m. No total, a posição líquida esperada do Grupo relacionada com os cinco processos de unitização, corresponde a um saldo a receber de aproximadamente €100 m.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**Ativos de Exploração & Produção**

O detalhe dos ativos em construção e dos ativos fixos líquidos do segmento de exploração e produção para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, são apresentados na tabela abaixo:

	Unid: € m					
	África		América Latina		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Bónus de assinatura	2	8	10	4	12	12
Na fase de exploração	335	323	352	320	687	643
Na fase de desenvolvimento	71	354	724	751	796	1.105
Juros capitalizados	43	72	172	161	214	233
<b>Ativos em construção</b>	<b>451</b>	<b>757</b>	<b>1.258</b>	<b>1.236</b>	<b>1.709</b>	<b>1.993</b>
Bónus de assinatura	18	18	342	301	360	319
Na fase de exploração	38	13	48	22	86	35
Na fase de desenvolvimento	546	340	1.488	983	2.034	1.323
Juros capitalizados	42	19	16	17	58	36
<b>Ativos fixos líquidos</b>	<b>644</b>	<b>391</b>	<b>1.894</b>	<b>1.323</b>	<b>2.538</b>	<b>1.714</b>
<b>Ativos de Exploração e Produção</b>	<b>1.095</b>	<b>1.147</b>	<b>3.151</b>	<b>2.559</b>	<b>4.247</b>	<b>3.706</b>

**Análise de Imparidade****Refinarias e instalações de armazenamento**

Foram realizados testes de imparidade a várias UGC, incluindo as refinarias e instalações de armazenamento, e não foram identificadas imparidades.

**Rede de estações de serviço**

Em resultado da identificação de potenciais perdas, foram efetuados testes de imparidade e análises de sensibilidade para a rede de estações de serviço em Portugal e Espanha. A análise de sensibilidade foi baseada nos seguintes pressupostos fundamentais:

- Variação negativa dos fluxos de caixa em 10%; e
- Aumento na taxa de desconto em 1 p.p..

A rede de estações de serviço em Espanha apresentou uma margem positiva, de modo que não foram registadas perdas por imparidade no período. A análise de sensibilidade da rede de estações de serviço em Espanha, utilizando a variação mencionada nos pressupostos fundamentais acima, resulta numa perda por imparidade de €76 m. As projeções de fluxo de caixa futuro ao nível da UGC foram descontadas usando uma taxa de desconto adequada que reflete os riscos específicos da unidade de negócio. A rede de estações de serviço em Portugal foi testada quanto à imparidade, não sendo registada imparidade. Para mais detalhes sobre a taxa de desconto utilizada no teste de imparidade, ver Nota 8.



**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**Ativos de exploração & produção**

Os ativos tangíveis e intangíveis do segmento de exploração e produção foram sujeitos no final do exercício a uma análise de sensibilidade ao valor contabilístico dos principais ativos face às flutuações no preço do *Brent*.

Os preços previstos do *Brent* considerados no teste de imparidade foram os seguintes: 2020: US \$ 65/bbl e 2021-2025: US \$ 70/bbl.

Com base nos testes de imparidade realizados, a margem de segurança para o valor contabilístico por UGC para as regiões em que a Galp opera (Angola, Moçambique e Brasil) é positiva. A taxa de desconto utilizada reflete o risco específico dos ativos relacionados com a Unidade de Negócio E&P, calculada em base de Dólares (USD). Para detalhes sobre a taxa de desconto utilizada nos testes de imparidades, ver Nota 8.

A análise de sensibilidade realizada para testar o impacto da volatilidade do preço do *Brent* no valor dos principais ativos de E&P, e que teve por base um preço fixo do Brent de US \$ 60 / bbl no fluxo de caixa projetado, não indicou nenhuma perda por imparidade potencial nas áreas geográficas em que a Galp opera.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

**Políticas contabilísticas****Reconhecimento**

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que estes sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático, prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos.

**Pesquisa e desenvolvimento**

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de exploração e produção petrolífera são reconhecidas como custo do exercício. As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica para o desenvolver, tenha tomado a decisão de completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio, e demonstre igualmente que é provável que o ativo criado gere benefícios económicos futuros.

**Exploração & Produção**

Os bónus de assinatura (p.e. Direitos Minerais) consistem em direitos de propriedade para exploração de recursos subterrâneos, como petróleo e gás natural e são reconhecidos como ativos intangíveis.

Ver informação adicional sobre as políticas de reconhecimento para os ativos de E&P na Nota 5.

**Amortização**

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método linear. As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível. Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de exploração e produção petrolífera, nomeadamente bónus de assinatura, encontram-se registados ao custo de aquisição e são amortizados com base na taxa UoP após o início da produção.

**Imparidade**

Os testes de imparidade dos ativos intangíveis são baseados nas projeções da Administração e no valor presente da estimativa futura de fluxos de caixa. Os valores residuais são baseados na

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

expectativa de vida útil dos produtos, na previsão do ciclo de vida e nos fluxos de caixa para esse período, bem como nas vidas úteis económicas dos ativos subjacentes.

a amortização reconhecida na demonstração consolidada dos resultados de cada período. Esses parâmetros são definidos com base no julgamento da Administração, bem como nas práticas adotadas pelos *peers* do setor..

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Vidas úteis e valores residuais dos ativos intangíveis

O cálculo dos valores residuais e da vida útil dos ativos, bem como o método de amortização a ser aplicado, são essenciais para determinar

### Imparidade de ativos intangíveis

Identificar indicadores de imparidade, estimar os fluxos de caixa futuros e determinar o justo valor dos ativos requer um alto nível de julgamento por parte da Administração em termos de identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

	Unid: € m		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total
Em 31 de dezembro 2019			
Custo de aquisição	998	58	1.055
Imparidades	(22)	(23)	(44)
Amortização acumulada	(433)	-	(433)
<b>Valor líquido</b>	<b>542</b>	<b>35</b>	<b>577</b>
Em 31 de dezembro de 2018			
Custo de aquisição	936	59	995
Imparidades	(19)	(27)	(46)
Amortização acumulada	(401)	-	(401)
<b>Valor líquido</b>	<b>516</b>	<b>31</b>	<b>547</b>

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os movimentos em ativos intangíveis em 2019 e em 2018 foram os seguintes:

	Unid: € m		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total
Saldo em 1 de janeiro 2018	229	178	407
Adições	3	192	196
Amortizações e imparidades	(36)	-	(36)
Abates e alienações	(1)	-	(1)
Transferências	322	(322)	-
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	1	(17)	(16)
Saldo em 31 de dezembro 2018	516	31	547
Saldo em 1 de janeiro 2019	516	31	547
Adições	1	73	74
Amortizações e imparidades	(36)	-	(36)
Abates e alienações	(1)	-	(1)
Transferências	73	(73)	-
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	(10)	4	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	542	36	577

As adições de ativos intangíveis ocorreram essencialmente no segmento de exploração e produção no Brasil, no montante de €52 m, €9 m no segmento de R&D e €9 m no segmento Outros, relacionados com a renovação de *software*.

## 7. LOCAÇÕES

### Política contabilística

#### Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação

ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido. A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontada a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Grupo. Em geral, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- Pagamentos de locação variáveis, dependentes de uma determinada taxa ou índice, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa aplicável à data de início do contrato;
- Montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- Preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção e pagamentos de locação relativos à renovação do período de opção, se for razoavelmente certo que o Grupo exercerá a opção; e
- Pagamento de penalidades pela cessação antecipada do contrato, exceto se for razoavelmente certo que o locatário não cancele antecipadamente o contrato.

A responsabilidade por locações é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros de locação derivados de uma alteração da taxa ou índice, se ocorrer uma alteração na estimativa do Grupo do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso o Grupo altere a sua avaliação acerca a opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrar reduzida a zero.

O Grupo apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração consolidada da posição financeira.

### Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

O Grupo não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, os contratos de locação de duração

inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. O Grupo reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

### Amortização

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

### Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas remensurações do passivo por locações associadas ao ativo.

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, a estimativa das suas vidas úteis e as taxas de desconto aplicadas têm por base as premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Administração, assim como as melhores práticas em uso pelos *peers* do setor.

### Imparidade dos Direitos de uso de Ativos

A identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exigem um elevado nível de julgamento da Administração, em termos de identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxo de caixa esperado, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os direitos de uso são detalhados como segue:

	Unid: € m					
	FPSO's <sup>1</sup>	Edifícios	Áreas de serviço	Navios	Outros direitos de uso	Total
<b>Em 31 de dezembro 2019</b>						
Custo de aquisição	655	90	154	189	212	1.300
Amortização acumulada	(48)	(5)	(18)	(43)	(19)	(133)
<b>Valor Líquido</b>	<b>607</b>	<b>85</b>	<b>136</b>	<b>146</b>	<b>194</b>	<b>1.167</b>
<b>Em 1 de janeiro 2019</b>						
Adições	-	6	49	11	4	69
Amortizações	(48)	(5)	(18)	(43)	(18)	(133)
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	(2)	1	(13)	12	(1)	(3)
<b>Em 31 de dezembro 2019</b>	<b>607</b>	<b>85</b>	<b>136</b>	<b>146</b>	<b>194</b>	<b>1.167</b>

<sup>1</sup>Floating, production, storage and offloading, ou unidade flutuante de produção, armazenagem e descarga - sistema flutuante de produção, construído com base numa estrutura de navio, dotado de capacidade de processamento da produção de petróleo e gás natural, armazenamento líquido e descarga de petróleo para navios.

As responsabilidades por locações são como segue:

	Unid: € m
	2019
<b>Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados</b>	<b>1.919</b>
Inferior a um ano	190
Um a cinco anos	606
Mais de cinco anos	1.123
<b>Responsabilidades por locações na posição financeira consolidada</b>	<b>1.223</b>
Corrente	182
Não corrente	1.042

Os montantes reconhecidos nos resultados consolidados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	Unid: € m	
	Notas	2019
		446
Juros de locações	27	90
Despesas relacionadas com locações operacionais de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis <sup>1</sup>		356

<sup>1</sup>Inclui locações operacionais de curta duração e com pagamentos variáveis reconhecidos na rubrica de transporte de mercadorias.

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa consolidada são como segue:

	Unid: € m
	2019
<b>Atividades de financiamento</b>	<b>189</b>
Pagamentos relativos a locações	99
Pagamentos relativos a juros locações	90

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 8. GOODWILL

### Reconhecimento

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica de *Goodwill* (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas

(caso respeite a empresas associadas). Se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

### Imparidade

O valor contabilístico do *Goodwill* é alocado à respetiva UGC. O valor recuperável é estimado para a UGC à qual pertence. A metodologia do valor em uso é usada para determinar o valor recuperável. O valor em uso representa o fluxo de caixa futuro esperado da UGC, descontado a uma taxa de desconto apropriada que reflete os riscos específicos da UGC.

	Unid: € m	
	2019	2018
	85	85
Galp Comercialização Portugal, S.A. (fundida na Petrogal)	51	51
Galp Eswatini (PTY) Limited	20	20
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	6	7
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L	4	4
Galp Moçambique, Lda.	4	4

Os métodos e taxas de desconto utilizados para os modelos de avaliação foram os seguintes:

Unidade geradora de caixa	Modelo de avaliação	Fluxos de caixa	Fator de crescimento	Taxas de desconto	
				2019	2018
Participação financeira (compreendida em segmentos operacionais)	DCF (Fluxos de caixa descontados)	Conforme o Orçamento para 2020 e Plano estratégico para os próximos 5 anos	Modelo de Gordon com fator de crescimento para perpetuidade de 2%	R&D [6,2%-6,4%] E&P [10,5% USD] G&P [5,6%]	R&D [6,2%-6,4%] E&P [10,5% USD] G&P [5,6%]

De acordo com os pressupostos definidos, em 31 de dezembro de 2019 não existiam perdas por imparidade associadas ao *goodwill*. Uma variação negativa de 10% no fluxo de caixa ou um aumento na taxa de desconto em 1 p.p. não resultaria numa imparidade do *goodwill* a 31 de dezembro de 2019.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 9. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

### Políticas contabilísticas

#### Acordos conjuntos e associadas

Os acordos ao abrigo dos quais a Galp concordou contratualmente em partilhar o controlo com outra parte ou partes são considerados como acordos conjuntos. Estes podem ser empreendimentos conjuntos onde as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo, ou operações conjuntas onde as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações decorrentes dos passivos relacionados com o contrato. Os investimentos em entidades sobre as quais a Galp tem o direito de exercer influência significativa, mas não tem controlo nem controlo conjunto, são classificados como associadas.

Os investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e subsequentemente ajustado pela participação da Galp nos

resultados líquidos pós-aquisição. Os investimentos também são ajustados pelos dividendos recebidos e pela participação da Galp no resultado integral.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos nas demonstrações financeiras de empreendimentos conjuntos e associadas para alinhar as políticas contabilísticas utilizadas com as da Galp. A Galp reconhece os seus ativos e passivos relacionados com interesses em operações conjuntas, incluindo a sua parte de ativos detidos conjuntamente e passivos incorridos em conjunto com outros parceiros.

Informações sobre acordos conjuntos e associadas encontram-se na Nota 30.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores contabilísticos líquidos dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas eram os seguintes:

	Unid: € m	
	2019	2018
Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	870	1.295
Participações financeiras em associadas	758	1.220
	112	75

	Unid: € m						
	1 de janeiro 2019	Aumento/redução participação	Resultado Empreendimentos Conjuntos	Diferenças Cambiais	Dividendos	Outros	31 de dezembro 2019
Empreendimentos conjuntos	1.220	(416)	48	26	(60)	(60)	758
Tupi BV	648	(309)	36	16	(23)	-	368
Iara BV	229	(122)	-	8	-	-	114
Galp Gás Natural Distribuição, S.A.	220	-	21	-	(28)	-	213
Belém Bioenergia Brasil, S.A.	51	14	(6)	2	-	(60)	-
Coral FLNG, S.A.	41	-	-	1	-	-	41
Outros empreendimentos conjuntos	31	2	(2)	(1)	(9)	-	22

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Durante o ano, a Tupi BV e Iara BV reembolsaram contribuições adicionais de capital aos seus acionistas em cerca de €477 m (€309 m e €169 m, respetivamente) como resultado da venda de equipamentos relacionados com as operações de E&P no Brasil. De referir que a Iara BV teve um aumento de capital em cerca de €47 m.

Durante o ano a Galp reconheceu €23 m em resultado da sua participação na GGND, dos quais €8 m estão diretamente ligados à aquisição de 58,03% do capital da Tagusgás S.A., efetuada por este empreendimento conjunto e um montante negativo de €2 m relacionado com o ajustamento efetuado ao preço de compra da Meet Europe.

Em Agosto de 2019, a Galp assinou um acordo por forma a adquirir à Petrobrás – Petróleo Brasileiro, S.A. 50% da participação remanescente da Belém Bioenergia Brasil, S.A. (BBB) pelo valor de €5 m, ficando assim como acionista única da empresa. Esta operação encerrou em novembro de 2019, após confirmada a aprovação pelas autoridades competentes no Brasil.

De acordo com a IFRS 3, a participação anteriormente detida na BBB foi remensurada ao justo valor, com a respetiva alocação do preço de compra. Desta forma, foi reconhecida uma perda no montante de €1,5 m na rubrica de Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos.

Em simultâneo à aquisição dos 50% adicionais da participação da BBB, e em parceria com a Ecotauá, Participações, S.A., foi constituída uma nova entidade, a Tauá Brasil Palma, SA. (Tauá), que é detida em 49,99% pela BBB. A BBB efetuou contribuições em espécie, com alguns dos seus ativos líquidos, na Tauá. A BBB terá influência significativa na tomada de decisões operacionais e financeiras da Tauá e, portanto, esta participação é classificada como associada nas demonstrações financeiras consolidadas da Galp.

Abaixo é apresentado um resumo dos indicadores financeiros dos empreendimentos conjuntos mais significativos em 31 de dezembro de 2019:

	Tupi BV	Iara BV	Unid: € m Galp Gás Natural Distribuição, S.A.
Total de ativos não correntes	9.324	1.387	1.236
Total de ativos correntes	2.822	272	104
Dos quais caixa e equivalentes de caixa	186	71	43
<b>Total de ativos</b>	<b>12.146</b>	<b>1.659</b>	<b>1.340</b>
Total de passivos não correntes	7.262	-	1.054
Dos quais dívida	-	-	675
Total de passivos correntes	1.147	437	58
Dos quais dívida	-	-	5
<b>Total de passivos</b>	<b>8.410</b>	<b>437</b>	<b>1.113</b>
Total de proveitos operacionais	4.268	10	208
Total de custos operacionais	(3.827)	(9)	(152)
Dos quais amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	-	-	(47)
<b>Resultado operacionais</b>	<b>8.096</b>	<b>19</b>	<b>360</b>
Resultados financeiros líquidos	70	-	(2)
Resultado antes de impostos	511	9	54
Imposto sobre o rendimento	(104)	(1)	(12)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>407</b>	<b>8</b>	<b>31</b>

\* Demonstrações financeiras previsionais à data de fecho utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial, convertidas à taxa de câmbio de fecho e média para os indicadores da Demonstração da posição financeira e Demonstração dos Resultados, respetivamente.



**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	1 de janeiro de 2019	Aumento/redução participação	Resultado Associadas	Diferenças Cambiais	Dividendos	Outras variações	Unid: € m 31 de dezembro 2019
<b>Associadas</b>	75	45	74	(4)	(78)	-	112
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	35	-	61	-	(56)	-	40
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	13	-	4	(4)	(5)	-	8
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	11	-	5	-	(9)	-	7
Tauá Brasil Palma, S.A.	-	45	-	-	-	-	45
Outras empresas associadas	16	-	4	-	(8)	-	12

O saldo de dividendos, no montante de €138 m, difere dos recebimentos relativos a dividendos no montante de €146 m na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, devido a quantias atribuídas, mas ainda não pagas, e diferenças de câmbio geradas entre o momento da atribuição e data de pagamento dos dividendos.

Para informações comparativas sobre Empreendimentos conjuntos e associadas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 10. INVENTÁRIOS

### Políticas contabilísticas

Os inventários encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização. As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas.

	Unid: € m	
	2019	2018
	1.055	1.171
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	358	439
Petróleo bruto	167	198
Outras matérias-primas e materiais diversos	68	59
Matérias-primas em trânsito	123	181
Produtos acabados e intermédios	537	561
Mercadorias	180	222
Imparidade de Inventários	(20)	(51)

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

As alterações nas reduções de inventários são como segue:

	Notas	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Mercadorias	Total
Saldo no início do período		24	26	2	51
Reduções líquidas	25	(8)	(25)	1	(32)
Saldo no final do ano		16	1	3	20

Unid: € m

## 11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

### Políticas contabilísticas

As contas a receber são inicialmente registadas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor. A Galp realiza atividades de *Under e Overlifting* face à sua quota bruta de petróleo. *Under e Overlifting* são práticas comuns da indústria destinadas a otimizar a alocação de custos de transporte entre parceiros. Os pagamentos e recebimentos relacionados com *Under e Overlifting* são efetuados numa data subsequente em barris de petróleo bruto, conforme definido pelo acordo de partilha de produção aplicável (PSA).

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

### Estimativas contabilísticas e julgamentos

#### Imparidade de contas a receber

O grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta a perda numa situação de *default*. A probabilidade de *default* representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Administração relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas..

#### Risco de crédito

Para fins de Risco de Crédito, se os clientes forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, a gestão de

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, tendo em consideração a sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Gestão.

As vendas a clientes do retalho são liquidadas em dinheiro ou utilizando os principais cartões de crédito, reduzindo assim o risco de crédito. Não há concentrações significativas de risco de

crédito, seja por exposição a clientes individuais, setores específicos da indústria e/ou regiões.

Como medidas de mitigação adicionais do risco de crédito, faz parte da política de risco global da Galp a utilização de garantias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

**Cientes**

		Unid: € m	
	Notas	2019	2018
		980	1.032
Cientes		1.143	1.206
Imparidades de clientes		(163)	(173)
Antiguidade da dívida líquida de cliente	Exposição ao risco	980	1.032
Não vencidos	Baixo	856	867
Vencidos até 180 dias	Médio	97	159
Vencidos entre 181 e 365 dias	Alto	8	1
Vencidos a mais de 365 dias	Muito Alto	18	5

**Movimento da imparidade para contas a receber**

Imparidade no início do exercício		173	178
Aumento das perdas por imparidade	25	13	20
Diminuição das perdas por imparidade	25	(13)	(5)
Utilização das perdas por imparidade		(11)	(21)
Outros ajustamentos		1	-
Imparidade no final do exercício		163	173

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Outras contas a receber

	Unid: € m				
	Notas	2019		2018	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		935	259	598	238
Estado e outros entes públicos		24	28	11	43
Outros devedores		623	65	302	34
Blocos não operados		348	-	191	-
Underlifting		190	-	40	-
Outras contas a receber		84	65	71	34
Empresas relacionadas		5	-	19	-
Ativos resultantes de contratos		206	68	198	67
Vendas e prestações de serviços realizadas e não faturadas		96	-	138	-
Acertos de desvio tarifário - "pass through"		17	-	16	-
Outros acréscimos de proveitos		94	68	45	67
Custos diferidos		82	98	74	94
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético	16	15	46	24	61
Custos diferidos relacionados com serviços		3	21	3	22
Outros custos diferidos		65	31	47	11
Imparidade de outras contas a receber		(6)	-	(6)	-

O saldo de custos diferidos corrente inclui €29 m relativos a licenças de CO<sub>2</sub> e o não corrente inclui o montante de €30 m relacionado com ativos de benefícios pós-emprego (Nota 17).

O saldo de outros devedores (não corrente) inclui um montante de €30 m referente a uma ação entre o consórcio BM-S-11 e a ANP. A ANP alega que os campos petrolíferos de Lula e Cernambi, que se encontram localizados dentro do BM-S-11, devem ser unificados para fins de PE, contudo o consórcio tem outro entendimento. Assim, o depósito judicial representa a diferença entre os dois critérios em discussão.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 12. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

### Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas a Outros ativos financeiros, consulte a divulgação na Nota 20.

	Unid: € m				
	Notas	2019		2018	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		174	169	418	92
Ativos financeiros ao Justo Valor através dos resultados	19	131	9	200	7
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	3	-	3
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos e Subscritores de capital		43	135	42	60
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos à Sinopec		-	-	176	-
Outros		-	23	-	24

Durante o primeiro trimestre de 2019, a Galp Sinopec Brazil Services (GSBV) realizou uma redução de *share premium* no valor de €813 m, dos quais €244 m representam a participação da Sinopec na redução de *share premium* (Nota 23). Uma parte dessa redução (€176 m) foi efetuada com o reembolso pela Sinopec da totalidade do empréstimo que recebeu da GSBV.

Os empréstimos e subscrição de capital (corrente) no valor de € 43 m estão relacionados com o aumento de capital subscrito e não realizado, efetuado pela Winland International Petroleum, S.A.R.L. (uma empresa do Grupo Sinopec) na Petrogal Brasil, S.A., e foi classificado como um ativo financeiro dado o prazo estabelecido para esse aumento de capital.

## 13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Políticas contabilísticas

Os montantes incluídos em caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores monetários, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações financeiras com vencimento inferior a três meses e que podem ser imediatamente mobilizados com risco de alterações de valor insignificantes.

Para efeitos da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem também os descobertos bancários registados na demonstração da posição financeira como empréstimos e descobertos.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os recursos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários com vencimento original inferior a

três meses e linhas de crédito comprometidas, mas não utilizadas, que expiram após um ano.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os detalhes de caixa e equivalentes de caixa são os seguintes:

		Unit: € m	
	Notes	2019	2018
Caixa e seus equivalentes		1.431	1.504
Descobertos bancários	14	1.460	1.508
		(29)	(4)

## 14. DÍVIDA FINANCEIRA

### Políticas contabilísticas

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de gastos incorridos na emissão destes empréstimos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados pela taxa de juro efetiva, e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo princípio da especialização dos exercícios de acordo com cada contrato de empréstimo.

		Unid: € m			
		2019		2018	
	Notas	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários		278	2.616	559	2.686
Origination fees		278	795	61	1.042
Empréstimos bancários e papel comercial		-	-	(1)	(1)
Descobertos bancários	13	249	795	59	1.044
Descobertos bancários		29	-	4	-
Empréstimos por obrigações e Notes		-	1.822	498	1.644
Origination fees		-	(6)	(2)	(6)
Empréstimos obrigacionistas		-	828	-	650
Notes		-	1.000	500	1.000

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O custo médio da dívida financeira no período em análise, incluindo encargos com linhas de crédito e descobertos bancários, foi de 1,84% (2,53% em 2018).

O justo valor destas obrigações era de €1.023 m em 31 de dezembro de 2019 e €988 m em 31 de dezembro de 2018, mensurado com base em variáveis observáveis de mercado e

classificado no Nível 2 da hierarquia do justo valor (ver a hierarquia do justo valor na Nota 20).

Os empréstimos bancários e empréstimos obrigacionistas, correntes e não correntes, excluindo *origination fees* e descobertos bancários, têm o seguinte plano de amortização em 31 de dezembro de 2019:

Unid: €m

Vencimento	Empréstimos		
	Total	Corrente	Não Corrente
	2.872	249	2.623
2020	249	249	-
2021	535	-	535
2022	465	-	465
2023	770	-	770
2024 e seguintes	853	-	853

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As variações da dívida durante o período compreendido entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 foram como segue:

Unid: € m

	Saldo inicial	Captações	Amortizações de capital	Movimentações descobertos bancários	Diferenças cambiais e outros	Saldo final
	3.245	1.527	(1.910)	25	6	2.895
Empréstimos bancários	1.103	1.350	(1.410)	25	4	1.073
Origination fees	(2)	-	-	-	2	-
Empréstimos bancários e papel comercial	1.102	1.350	(1.410)	-	1	1.044
Descobertos bancários	4	-	-	25	-	29
Empréstimos por obrigações e Notes	2.142	177	(500)	-	3	1.822
Origination fees	(8)	-	-	-	2	(6)
Empréstimos obrigacionistas	650	177	-	-	1	828
Notes	1.500	-	(500)	-	-	1.000

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Durante o exercício o Grupo emitiu e pagou €1.350 m no âmbito dos seus programas de papel comercial.

Os empréstimos obrigacionistas emitidos durante o exercício de 2019 foram como segue:

Unid: €m				
Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
	177			
GALP ENERGIA/2019 - 100 M USD (MATURIDADE MAR 2024)	89	USD Libor 6M + spread	março 24	março 24
GALP ENERGIA/2019 - 100 M USD (MATURIDADE 2024)	89	USD Libor 6M + spread	março 24	março 24

Os reembolsos de empréstimos obrigacionistas durante o exercício de 2019 foram como segue:

Unid: €m				
Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
	500			
Galp 4,125% 01.2019	500	Taxa fixa 4,125%	janeiro 2019	janeiro 2019



## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

# 15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

## Política contabilística

As dívidas de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. De um modo geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

	Unid: € m			
	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores	852	-	933	-
Outros credores	1.343	121	958	126
Estado e outros entes públicos	355	-	348	-
IVA a pagar	219	-	219	-
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	100	-	94	-
Outros impostos	35	-	35	-
Outros credores	477	70	259	74
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis	430	70	154	74
Adiantamentos por conta de vendas	1	-	7	-
Overlifting	20	-	35	-
Outros credores	26	-	63	-
Empresas relacionadas	3	-	8	-
Outras contas a pagar	41	6	33	5
Acréscimos de custos	461	30	302	30
Fornecimentos e serviços externos	295	-	153	-
Remunerações a liquidar	52	4	51	4
Outros acréscimos de custos	115	26	97	27
Passivos resultantes de contratos	6	-	6	-
Outros proveitos diferidos	-	15	2	16

Os montantes registados em fornecedores são maioritariamente referentes a compras de petróleo, gás natural e mercadoria em trânsito nessas datas.

A rubrica de Acréscimos de custos – Fornecimentos e serviços externos inclui um montante de €156 m relacionado com o

processo de unitização no Brasil (€132 m relativos a Lula, €26 m relativos a Sépia e um valor a receber de €2 m relacionado com Atapu), ver Nota 5.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

# 16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O SETOR ENERGÉTICO

## Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do grupo Galp.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e dos respetivos montantes para efeitos de tributação e os prejuízos fiscais reportáveis. O montante dos prejuízos fiscais reportáveis é incluído nos ativos por impostos diferidos quando existem expectativas de que estes venham a ser utilizados em lucros tributáveis futuros. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

O Grupo paga impostos no âmbito da atividade de E&P que classifica como imposto sobre o rendimento, nomeadamente:

- Imposto sobre o Rendimento Petrolífero (IRP) em Angola, regulado pela Lei 13/04. A taxa aplicável aos contratos de partilha de produção - PSA é de 50% sobre o *profit oil* dos projetos. O cálculo do IRP é, em todos os aspetos, semelhante a um imposto sobre o rendimento. Assim, as empresas petrolíferas sujeitas ao IRP não estão sujeitas a outros impostos sobre o rendimento em Angola;

- Imposto de Participação Especial (PE) no Brasil, regulado pelo Decreto-Lei nº 2.705 da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). A PE é uma contribuição, devida trimestralmente, calculada pelas concessionárias de petróleo e gás natural com base na produção de cada projeto. A Participação Especial é calculada sobre um determinado proveito, a partir da qual os custos operacionais relacionados com a produção de hidrocarbonetos são deduzidos. A taxa de PE varia entre 0% e 40%, dependendo do nível de produção do projeto.

## Estimativas e julgamentos contabilísticos

A Galp está sujeita a imposto sobre o rendimento nas localizações em que opera. Julgamentos e estimativas significativas são necessários para determinar a estimativa global para imposto sobre o rendimento, ativo e passivo por imposto diferido e provisão para posições fiscais incertas.

## Ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

## Estimativas relativas a posições fiscais incertas

No âmbito da realização de negócios a nível global, podem ocorrer disputas relacionadas com impostos e preços de transferência. A Administração exerce o seu julgamento para avaliar o possível desfecho destas disputas. A mensuração de posições fiscais incertas respeitante a estimativas de imposto é efetuada pelo seu valor mais provável e a Galp considera que as provisões

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

constituídas para este efeito são adequadas. No entanto, a obrigação real pode ser diferente deste montante, dependendo do resultado das litigâncias e dos acordos que se venham a celebrar com as autoridades relevantes.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o imposto sobre o rendimento a pagar apresenta-se como segue:

	Unid: € m	
	Passivo	
	2019	2018
	(141)	(82)
Estados e outras entidades públicas	(141)	(82)

As empresas do Grupo Galp Gás Natural Distribuição (GGND), com sede em Portugal e cuja percentagem de participação detida pelo

Grupo é igual ou superior a 75%, são tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS), sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A. Nesta conformidade, o montante dos pagamentos por conta efetuados pela Galp Energia SGPS, SA (responsável pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades) por conta das empresas do Grupo GGND, bem como os montantes relativos aos pagamentos/recebimentos de Imposto sobre o Rendimento, penderes de regularização com estas entidades, estão reconhecidos em imposto sobre o rendimento a receber e/ou a pagar. A 31 de dezembro de 2019, a Galp apresenta um montante de €2 m a pagar às entidades do Grupo GGND, resultante do RETGS.

O montante total de imposto sobre o rendimento, IRP e PE pago durante o exercício de 2019 ascendeu a €503 m.

Os Impostos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram como segue:

	Unid: € m					
	2019			2018		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
Imposto do exercício	615	127	742	578	158	736
Imposto sobre o rendimento	102	30	132	88	200	288
IRP - Imposto s/ rendimento Petróleo	22	8	30	18	(2)	16
PE - Participação Especial	491	89	580	472	(39)	433

A 31 de dezembro de 2019 os detalhes da Contribuições Extraordinárias para o Setor Energético (CESE) foram os seguintes:

	Unid: € m				Demonstração de resultados
	Demonstração da posição financeira				Contribuição extraordinária setor energético
	Provisões (Note 18)		Custo diferido CESE II (Nota 11)		
	CESE I	CESE II	Corrente	Não Corrente	
1 de janeiro de 2019	(86)	(211)	24	61	-
Aumentos CESE I	(15)	-	-	-	15
Aumentos CESE II	-	(9)	(10)	(15)	34
Fondo Nacional de Eficiência Energética (FNEE)	-	-	-	-	9
31 de dezembro 2019	(101)	(220)	15	46	58

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O Grupo Galp opera em várias geografias, através de entidades jurídicas estabelecidas localmente, cujo rendimento tributável é calculado com base nas taxas legais em vigor em cada jurisdição, variando entre 25% em Espanha e Holanda, 31,5% em Portugal e 34% para empresas no Brasil.

	Unid: € m	
	2019	2018
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>58,00%</b>	<b>43,60%</b>
Taxa de imposto sobre o rendimento da sociedade Galp Energia SGPS, S.A.	31,50%	31,50%
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(3,00)%	(2,40)%
PE- Participação Especial e IRP - Imposto sobre o Rendimento do Petróleo*	27,90%	19,50%
Outros acréscimos e deduções	1,70%	(5,00)%

\* Os custos relativos a PE, registados na demonstração dos resultados, são dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos apresenta-se como segue:

	Unid: € m				
	1 de Janeiro 2019	Efeito em Resultados	Efeito em Capital próprio	Efeito da variação cambial	31 de dezembro 2019
<b>Impostos diferidos ativos</b>	<b>369</b>	<b>(16)</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>367</b>
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	13	(2)	-	-	10
Benefícios de reforma e outros benefícios	87	1	7	-	96
Prejuízos fiscais reportáveis	80	(7)	-	1	73
Proveitos permitidos	7	1	-	-	8
Provisões temporariamente não aceites fiscalmente	85	23	-	1	110
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	24	16	-	1	41
Outros	74	(48)	5	-	30
<b>Impostos diferidos passivos</b>	<b>(196)</b>	<b>(112)</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>(299)</b>
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	(170)	(104)	-	2	(272)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis justo valor	(7)	1	-	-	(6)
Proveitos permitidos	(13)	(2)	-	-	(14)
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	-	(7)	7	-	-
Outros	(6)	-	-	-	(7)

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os prejuízos fiscais relativamente aos quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos foram os seguintes:

	Prejuízos fiscais acumulados	Ano limite de utilização	Unid: € m Impostos diferidos
Prejuízos fiscais acumulados			73
Holanda	20	2025	5
Espanha	116	No limit	31
Brasil	110	No limit	37

Adicionalmente aos €116 m acima, existem ainda €136 m de prejuízos fiscais reportáveis em Espanha, para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos.

Os prejuízos fiscais reportáveis no Brasil e em Espanha serão recuperados através de resultados tributáveis futuros, expectáveis em resultado da atividade de exploração de petróleo e distribuição de combustíveis, respetivamente.

## 17. BÊNEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BÊNEFÍCIOS

### Políticas contabilísticas

#### Planos de contribuição definida

A Galp tem um plano de contribuição definida financiado por um fundo de pensões gerido por entidades independentes. As contribuições da Galp para o plano de contribuição definida são registadas na demonstração de resultados no período em que ocorram.

#### Planos de benefício definido

A Galp tem planos de benefício definido que proporcionam os seguintes benefícios: complemento de pensão de reforma, invalidez e complemento de pensões de sobrevivência; pré-reforma; reforma antecipada; prémio de reforma; e seguro social voluntário.

O pagamento de complementos de pensão por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência, é financiado por um fundo de pensões gerido por entidades independentes.

#### Reconhecimento dos planos de benefício definido

Os custos do exercício por planos de benefícios pós-emprego são determinados com base no método *Projected Unit Credit*. Este método reflete os serviços prestados pelos empregados à data da avaliação, baseando-se em pressupostos atuariais, bem como na utilização de uma taxa de desconto para determinar o valor presente dos benefícios e as taxas projetadas de crescimento das remunerações. A taxa de desconto é baseada na taxa de rendimento de obrigações de elevada qualidade no respetivo país. Os ganhos e perdas atuariais resultantes dos ajustamentos de experiência e alterações de pressupostos atuariais são registados em outro rendimento integral no período em que ocorram. As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) são reconhecidas de forma imediata na demonstração dos resultados.

O excedente líquido de um plano de benefícios definidos (p.e., ativo) só é reconhecido na medida em que a Galp seja capaz de obter benefícios económicos futuros, tais como reembolsos do plano ou reduções de contribuições futuras. Quando um plano

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

não é financiado, é reconhecido um passivo pelas responsabilidades com benefícios de reforma na demonstração da posição financeira. Os custos reconhecidos com benefícios de reforma estão incluídos em Custos com o pessoal. A obrigação líquida reconhecida na posição financeira é reportada no passivo não corrente.

**Outros benefícios de reforma**

Juntamente com os planos acima mencionados, a Galp fornece benefícios adicionais relacionados com cuidados de saúde, seguro de vida e um plano mínimo de benefícios definidos (para invalidez e sobrevivência).

**Benefícios pós-emprego**

	Notas	2019	Unid: € m 2018
Ativo registado na rubrica "outras contas a receber"	11	30	10
Passivo		(332)	(304)
<b>Responsabilidade líquida</b>		<b>(301)</b>	<b>(293)</b>
Responsabilidades		(568)	(541)
Serviços passados cobertos pelo Fundo de Pensões		(237)	(238)
Passivos relativos a outros benefícios		(331)	(303)
Ativos		267	247

**Responsabilidades pós-emprego**

	2019	Unid: € m 2018
<b>Responsabilidades por serviços passados no final do exercício</b>	<b>568</b>	<b>541</b>
RSP no final do exercício anterior	541	596
Custo dos serviços correntes	6	6
Juro líquido	11	13
(Ganhos)/Perdas actuariais	35	(30)
Pagamento de benefícios efetuados pelo fundo	(23)	(23)
Pagamento de benefícios efetuados pela empresa	(34)	(35)
Alterações ao plano de benefícios	2	(1)
Cortes - Reformas antecipadas	2	10
Cortes - Pré-reformas	4	10
Cortes - Migração para CD	4	-
Outros ajustamentos	20	(5)

**Estimativas contabilísticas e julgamentos****Pressupostos demográficos e financeiros usados para calcular as responsabilidades com benefícios pós-emprego**

A contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego requer que sejam feitas estimativas ao mensurar o excesso ou insuficiência do plano de pensões do grupo. Essas estimativas requerem a utilização de pressupostos em relação a eventos incertos, incluindo taxas de desconto, inflação e esperança de vida.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A maturidade média dos passivos associados aos planos de benefícios definidos é de 10,1 anos (em 2018: 9,4 anos).

Em 31 de dezembro de 2019, a repartição do valor esperado dos pagamentos de benefícios futuros para os próximos quatro anos é como segue:

Expectativa de pagamento pelo Grupo	Total	Benefícios de reforma	Unid: € m
			Outros benefícios
	102	66	36
2020	30	21	9
2021	27	18	9
2022	24	15	9
2023	20	11	9

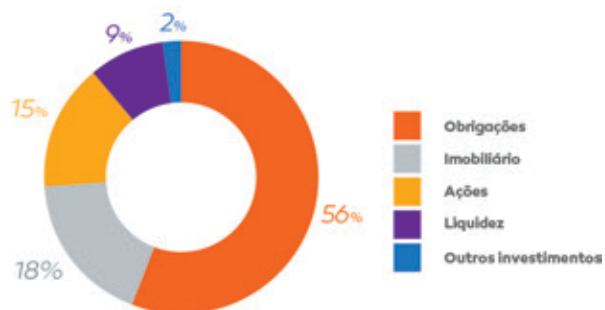
**Fundo de pensões de benefício definido**

	Notas	Unid: € m	
		2019	2018
Valor dos ativos no final do exercício corrente		267	247
Valor dos ativos no final do exercício anterior		247	271
Juro líquido	26	5	6
Contribuição do associado		-	2
Pagamento de benefícios		(23)	(23)
Cortes		4	-
Ganhos/(Perdas) financeiras		33	(8)

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Tipos de ativos 2019



A hierarquia do justo valor dos ativos é maioritariamente Nível 1 para ações e outros investimentos e uma combinação uniforme de Nível 1 e 2 para obrigações e imóveis. O Nível 1 inclui instrumentos financeiros avaliados com base em cotações de mercado líquidas, p.e. da Bloomberg. O Nível 2 inclui instrumentos financeiros avaliados a preços observáveis nos mercados líquidos atuais para o mesmo instrumento financeiro fornecido por contrapartes externas, disponíveis através da Bloomberg.

	Unid: € m	
	2019	2018
Retorno Real dos Ativos do Plano (%)	15,48%	(0,70%)
Retorno Real dos Ativos do Plano	38	(2)

O número de participantes e beneficiários dos planos de pensões Petrogal e Sacor foi de 6.295 em dezembro de 2019 e de 6.255 em dezembro de 2018.

## Despesas com benefícios pós-emprego

	Unid: € m		
	Notas	2019	2018
Custo dos serviços correntes	26	6	6
Juro líquido	27	6	7
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais		12	13
Impacto de cortes - Reformas antecipadas	26	2	10
Impacto de cortes - Pré-reformas	26	4	10
Outros ajustamentos	26	23	(6)
Custo líquido do exercício com gastos do plano de benefícios definidos		40	27
Contribuição definida	26	4	4
Custo líquido do exercício com gastos do plano de contribuição definida		4	4
<b>Total</b>		<b>44</b>	<b>31</b>

## Remensurações

	Unid: € m		
	Notas	2019	2018
Ganhos e perdas reconhecidos - via rendimento integral		2	18
Ganho/(perda) atuarial de experiência		(5)	22
Ganho/(perda) atuarial por alteração de pressupostos		(7)	30
Ganho/(perda) financeiro		(28)	-
Outros ganhos/(perdas)		33	(8)
Impostos relacionados aos ganhos e perdas atuariais	16	(3)	-
		7	(4)



## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Pressupostos

	Benefícios de reforma		Outros benefícios	
	2019	2018	2019	2018
Taxa de rendimentos dos ativos	1,75%	2,25%	-	-
Taxa técnica de juro	1,75%	2,25%	1,75%	2,25%
Taxa de crescimento dos salários/custos	1,00%	1,00%	[ 1,00% - 3,50%]	1,00% - 3,50%]
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 1,40%]	[0,00% - 1,40%]	-	-
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50%EVK80	50% EVK 80
Idade normal de reforma	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada

## Análise de sensibilidade

### Análise de sensibilidade da taxa de desconto

	Unid: € m	
Taxa de desconto 1,75%		-0,25%
<b>Total</b>	<b>568</b>	<b>14</b>
Benefícios de reforma	331	6
Outros benefícios	237	8

### Análise de sensibilidade da taxa de crescimento dos custos do seguro de saúde

	Unid: € m	
Taxa de crescimento de 3,5%		-1.00% 1.00%
Serviços passados	189	(27) 30

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

# 18. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

## Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas quando, e apenas quando, (1) o Grupo tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado, (2) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e (3) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. A Galp calcula as suas estimativas com base na avaliação do desfecho mais provável. Disputas para as quais não pode ser efetuada uma estimativa fiável são divulgadas como passivos contingentes.

As provisões de custos de abandono destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas. O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador, os quais são reconhecidos pela Galp de forma proporcional assim que constrói cada poço produtor.

As provisões para disputas legais incluem vários tipos de provisões vinculados a disputas legais em curso. A Administração faz estimativas referentes a provisões e contingências, incluindo a avaliação da probabilidade de desfecho dos resultados de litígios pendentes e potenciais. Estes são, por natureza, dependentes de eventos futuros inerentemente incertos. Ao determinar os resultados prováveis do litígio, a Administração considera os pareceres dos seus advogados, bem como a experiência passada.

Embora a Administração acredite que os montantes totais das provisões para processos judiciais sejam adequados tendo por base as informações atualmente disponíveis, não há garantias de que não ocorrerão mudanças nos factos ou de que os valores de futuros processos, reivindicações, procedimentos ou investigações não sejam materiais.

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Provisões para processos judiciais e outros litígios

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar das estimativas efetuadas devido a diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registada.

### Provisões de abandono

O grupo tem feito provisões para o futuro abandono de instalações de produção de petróleo e oleodutos no final das suas vidas úteis económicas. A maioria desses eventos de abandono terão lugar num futuro longínquo, e as exigências exatas que devem ser cumpridas no momento do abandono são incertas. São utilizados pressupostos pela Galp e pela Operadora da concessão em relação às datas de liquidação, tecnologia, exigências legais e taxas de desconto. O momento e as quantias de qualquer fluxo de caixa futuro estão sujeitos a incerteza significativa, sendo necessárias estimativas para determinar as provisões a reconhecer. No entanto, o prazo e os montantes da liquidação dos fluxos de caixa futuros foram acordados com as autoridades oficiais competentes.

### Passivos ambientais (exceto emissões de CO2)

A Galp efetua igualmente juízos e estimativas para o cálculo das suas obrigações conhecidas nomeadamente as obrigações relativas a abandono de instalações e descontaminação de solos, baseados na informação atual relativa a custos esperados e planos de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações da legislação e regulamentos, alterações das condições de uma determinada localização, bem como variação nas tecnologias de reabilitação. Desse modo, qualquer alteração nas circunstâncias associadas a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos, poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estas matérias. A provisão para matérias ambientais é revista anualmente.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as provisões apresentavam o seguinte detalhe:

	Dezembro 2019				Dezembro 2018
	Abandono de blocos/ Matérias ambientais	CESE (I e II)	Outras provisões	Total	
No início do ano	315	297	45	658	619
Provisões adicionais ou aumento de provisões existentes	117	25	33	175	77
Diminuições de provisões existentes	(7)	-	-	(7)	(39)
Utilização de montantes no exercício	(4)	-	(1)	(5)	(11)
Regularizações	1	-	(1)	-	-
Ajustamentos do exercício	-	-	-	-	12
No final do ano	421	322	77	819	658

Os aumentos e diminuições das provisões durante o ano apresentam-se como segue:

	Impostos	Provisões	Ativos tangíveis	(Ganhos) e perdas financeiras	Contribuição Extraordinária Setor Energético	Custos diferidos CESE	Resultados de investimentos financeiros	Outros	Total
2019	30	7	97	8	49	(24)	2		168
Abandono de blocos/ Matérias ambientais	-	7	97	8	-	-	-	(2)	110
CESE I e II	-	-	-	-	49	(24)	-		25
Outras provisões	30	-	-	-	-	-	2	1	33

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

**Desmantelamento de blocos e custos ambientais**

O valor de €421 m inclui uma provisão para abandono de blocos (€378 m), constituída para cobrir os custos a incorrer com o desmantelamento de ativos no final da vida útil dessas áreas (€303 m no Brasil e €75 m em Angola). Os restantes €43 m referem-se aos custos associados às obrigações com a remoção de ativos de determinadas instalações do segmento de refinação e distribuição, devido a obrigações legais e construtivas.

**CESE I e II**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica CESE (I e II) - Contribuição Extraordinária para o Setor Energético I e II no montante de €322 m representa a responsabilidade total a essa data e corresponde às contribuições efetuadas entre 2014 e 2019.

Em 2014, o Grupo foi sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária do Setor Energético CESE I), nos termos do artigo nº 228 da Lei nº83-C/2013 de 31 de dezembro, que declara que as empresas de energia que detêm ativos líquidos em determinadas atividades, a partir de 1 de janeiro de 2014, estão sujeitas a um

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

imposto calculado sobre o montante de ativos líquidos elegíveis nessa data.

Em 2015, o Grupo foi sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária do Setor Energético, CESE II), nos termos da Lei nº33/2015 de 27 de abril e da Portaria n.º 157-B/2015, de 28 de maio. A CESE II aplica-se ao valor das vendas futuras, com base nos quatro contratos existentes de fornecimento de GNL de longo prazo, em regime de *take-or-pay*. Em 2017, nos termos da Portaria nº 92-A/2017 de 2 de março, o valor económico dos contratos de *take-or-pay* foi alterado, o que se refletiu no aumento da provisão da CESE.

De acordo com a lei e os regulamentos fiscais, a Galp contabilizou adequadamente a obrigação legal da CESE, embora estas obrigações estejam atualmente sujeitas a litígio legal.

**Outras provisões**

O valor de €30 m de outras provisões refere-se a uma disputa entre a ANP e o consórcio do BM-S-11, conforme explicado na nota 11.

**Passivos contingentes**

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa e as suas subsidiárias apresentavam processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de €42 m para os quais existem provisões constituídas a 31 de dezembro de 2019 no montante de €8 m.

Não foram reconhecidas provisões para contingências fiscais relacionadas com a retenção na fonte no Brasil (IRRF) e outros impostos ou taxas (PIS/COFINS e CIDE) relacionadas com pagamentos de aluguer de embarcações no exterior.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

**Políticas contabilísticas****Instrumentos financeiros derivados**

Por vezes, o Grupo utiliza instrumentos derivados para cobrir o risco de taxa de juro e outros riscos de mercado, particularmente no que respeita ao risco de variações no preço de petróleo bruto, produtos acabados e margem de refinação, bem como o risco de variação de preço de gás natural e eletricidade que afetam o valor financeiro dos ativos e os *cash flows* futuros expectáveis das suas atividades.

Os ganhos e perdas realizadas sobre futuros e *swaps* sobre *commodities* (p.e. *Brent*, eletricidade e gás) são classificados na rubrica de Custo das Vendas. Alterações de justo valor de posições em aberto são registadas em resultados financeiros, na rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros. Dado que os futuros são negociados em bolsa, sujeitos a compensação central, os ganhos e perdas são continuamente registados em rendimentos de instrumentos financeiros derivados até à data de maturidade dos derivados, exceto se designados numa relação de cobertura de fluxo de caixa em que são registados em reservas de cobertura.

Ganhos e perdas realizados com *Forwards* e *Swaps* cambiais são classificados em Custo das Vendas se estiverem relacionados com transações de *commodities*, caso contrário, são classificados em resultados financeiros, em diferenças de câmbio realizadas. Alterações ao justo valor de posições em aberto são registadas em resultados financeiros, em diferenças de câmbio não realizadas.

Alguns contratos bilaterais de *Title Transfer Facility* – “TTF” que são de entrega física são contabilizados como derivados porque satisfazem o critério de liquidação de caixa e não satisfazem o

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

critério de exceção para uso próprio (“own use exemption”). O justo valor desses contratos é apresentado conjuntamente com *Swaps* nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são compensados se a Galp tiver um direito legalmente executável de compensação e se existir intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e passivo em simultâneo.

### Contabilidade de cobertura

Instrumentos derivados que qualificam como cobertura contabilística de fluxos de caixa referente a preços de *commodities* (riscos associados com transações altamente prováveis de compras de eletricidade). Os instrumentos derivados utilizados como cobertura de justo valor respeitam maioritariamente a instrumentos de cobertura de volatilidade dos preços de *commodities* (Gás Natural). Os indexantes são idênticos aos contratos celebrados com clientes. Alguns derivados que são realizados para gerir riscos, tais como aqueles que gerem riscos globais de posições líquidas de preços de *commodities* (margens petrolíferas) e futuras compras de gás não são designados, na qualificação da norma IFRS 9, como coberturas contabilísticas e deste modo são contabilizados como derivados em “trading” em que as flutuações do seu justo valor são reconhecidas de forma imediata nos resultados do exercício.

As alterações de justo valor dos instrumentos derivados designados em relações de cobertura de fluxos de caixa são reconhecidas em capital próprio na rubrica de reservas de cobertura. Na cobertura de justo valor, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração dos resultados, em resultados financeiros compensando assim

flutuações de justo valor dos itens designados que também são reconhecidos em resultados financeiros.

Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura de fluxo de caixa, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são acrescidas ao valor contabilístico do ativo que deu origem à transação de cobertura, apenas se o derivado se venceu e a cobertura é eficiente. De outro modo, se a cobertura não é eficiente, as reavaliações subsequentes são reconhecidas diretamente em resultados do exercício. Se houver uma alteração nos objetivos de gestão do risco, mas ainda se espera que a transação coberta irá ocorrer então o montante da reserva de cobertura será reconhecido na demonstração de resultados quando a anterior transação de cobertura afeta resultados do exercício. A cobertura contabilística é descontinuada prospectivamente.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, a Administração altera a estratégia de gestão do risco ou os seus objetivos, ou a transação deixa de ser expectável que ocorra.

Os derivados financeiros são registados pelo seu justo valor calculado através de métodos de avaliação tendo por base princípios geralmente aceites e variáveis observáveis no mercado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados se a Galp tiver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos, e se existir uma intenção de proceder à sua liquidação numa base líquida, ou de realizar simultaneamente o valor do ativo e do passivo.

Para mais explicações sobre os riscos e a redução do risco relacionado através de coberturas, ver Nota 20.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A posição financeira dos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é detalhada como segue:

	Unid: € m									
	2019					2018				
	Ativo (Nota 12)		Passivo		Capital Próprio	Ativo (Nota 12)		Passivo		Capital Próprio
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
	131	9	(84)	(5)	(13)	200	7	(102)	(37)	7
Swaps	68	6	(72)	(4)	(3)	130	1	(83)	(33)	1
Opções	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Futuros s/ commodities	19	-	-	-	(10)	50	-	-	-	6
Forwards	25	3	(12)	(1)	-	20	6	(19)	(4)	-

Os derivados são classificados como corrente e não corrente em conformidade com a data expectável para a sua liquidação. Durante o exercício de 2019 e de 2018, o Grupo contratou

instrumentos financeiros derivados com o objetivo de cobrir a exposição económica principalmente relacionada com alterações nos preços de petróleo, eletricidade e gás natural.

O nocional dos derivados em aberto e respetiva maturidade é apresentado abaixo:

	Unid: € m				
	Dezembro 2019		Dezembro 2018		
	Maturidade		Maturidade		
	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano	
	(391)	(764)	1	(401)	
Futuros sobre commodities	Compra	(107)	(41)	(120)	(7)
	Venda	219	97	608	85
Swaps sobre commodities	Compra	(454)	(121)	(709)	(324)
	Venda	316	61	377	96
Opções sobre commodities	Compra	(147)	(694)	-	-
	Venda	28	-	-	-
Forwards e swaps cambiais	Compra	(534)	(125)	(557)	(336)
	Venda	288	59	402	85

Nota: nocional representa preço x quantidade

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O impacto contabilístico em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivados é apresentado no quadro seguinte:

	2019				2018			
	Demonstração de resultados			Capital Próprio	Demonstração de resultados			Capital Próprio
	MTM	Real (Nota 25)	MTM + Real		MTM	Real (Nota 25)	MTM + Real	
	59	(53)	6	(20)	13	80	93	1
Derivados sobre Commodities	47	(57)	(10)	(20)	11	79	90	1
Swaps	(30)	(15)	(44)	(4)	41	73	115	(1)
Swaps – Cobertura de justo valor	8	-	8	-	(27)	-	(27)	-
Opções	19	(25)	(6)	-	-	-	-	-
Futuros	50	(17)	33	(16)	(4)	6	2	2
Derivados sobre Câmbios	12	3	16	-	3	1	4	-
Forwards	12	3	16	-	3	1	4	-

A demonstração dos resultados de 2019 evidencia, sob a rubrica de *Mark-to-Market* (MTM), um montante positivo de €8 m, na rubrica de outros instrumentos financeiros, relacionada com a cobertura de justo valor, e em capital próprio, na rubrica de reservas de cobertura, o montante negativo de €20 m relacionado com cobertura de fluxo de caixa. A cobertura de fluxo de caixa refletida em capital próprio, quando liquidada, é

reclassificada para o item coberto (p.e. ativo) e em seguida para o resultado do exercício, quando o ativo é vendido. O montante de instrumentos de cobertura liquidados relativamente a coberturas de fluxos de caixa ascende a €24 m negativos em 2019 e €17 m positivos em 2018 e foi reconhecido com o ativo subjacente na rubrica Custo das vendas.

A rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros inclui o valor potencial de MTM (*Mark-to-Market*) de derivados sobre *Commodities* e operações fechadas de *trading*, conforme quadro abaixo:

	2019	2018
	81	(28)
Swaps sobre commodities	(22)	14
Opções	19	-
Futuros sobre commodities	50	(4)
Outras operações de trading	34	(38)

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A maturidade dos derivados apresentados no passivo na demonstração da posição financeira são como segue:

	Unid: € m			
	Menos de 1 ano	Entre 1 ano e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
<b>2019</b>				
<i>Swaps sobre commodities</i>	72	4	-	76
<i>Forwards cambiais</i>	12	1	-	13
<b>2018</b>				
<i>Opções e Swaps sobre commodities</i>	83	33	-	116
<i>Forwards cambiais</i>	19	4	-	23

## 20. Ativos e passivos financeiros

### Políticas contabilísticas

A Galp classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados (derivados).

A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e efetua uma reavaliação no final de cada período de relato, se, e apenas se, ocorrer uma mudança no modelo de negócio. Para passivos financeiros, a alteração da classificação não é permitida.

### Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral e ativos financeiros ao justo valor por resultados são, subsequentemente, registados ao justo valor. As divulgações de justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no final do período de relato.

Contudo, ativos ao justo valor por resultado integral são mensurados ao custo, como um proxy para o seu justo valor, uma vez que não são cotados numa bolsa de valores, não se encontra disponível informação recente que permita estimar o seu justo valor de forma fiável, e os montantes em questão são imateriais.

### Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos a receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Galp tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade.



**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral**

Os ativos financeiros ao justo valor por resultado integral são compostos principalmente por investimentos de capital. Quando este tipo de ativo financeiro é desconhecido, o ganho ou perda será mantido em capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

**Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado**

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivados que são mantidos exclusivamente para pagamentos de capital e juros ("SPPI"). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se superior), são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado através do método do juro efetivo, deduzidos de imparidades.

**Hierarquia de justo valor**

Em conformidade com as normas contabilísticas em vigor, uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor com base numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos inputs utilizados na mensuração.

A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 - O justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2 - O justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 - O justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Unit: € m	
	Notas	2019	2018
Ativos financeiros por categoria		3.506	3.599
Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral	12	3	3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados - Derivados	12	140	207
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	11	2.352	2.146
- menos custos diferidos, <i>underlifting</i> , garantias e imposto a receber		(448)	(265)
Caixa e equivalentes de caixa	13	1.460	1.508

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Clientes e Outras contas a receber, líquido de imparidades, e empréstimo a receber da Sinopec.

	Notas	2019	2018
Unid: € m			
Passivos financeiros por categoria		6.115	4.980
Passivos financeiros mensurados ao justo valor por resultados - Derivados		89	139
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	15	6.434	5.261
- menos proveitos diferidos, <i>overlifting</i> , garantias e imposto a pagar		(407)	(420)

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem Fornecedores e Outras contas a pagar.

	2019	2018
Unid: € m		
Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados	140	207
Dados de mercado ativo (Nível 1)	19	50
Dados de mercado direta ou indiretamente observáveis (Nível 2)	121	157

	2019	2018
Unid: € m		
Passivos financeiros mensurados ao justo valor por resultados	89	139
Dados de mercado direta ou indiretamente observáveis (Nível 2)	89	139

## 21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. O Grupo verifica a eficácia das coberturas periodicamente. As relações de cobertura asseguram uma elevada correlação entre o item coberto e o instrumento de cobertura.

### Política contabilística

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A Gestão avaliou os seguintes riscos relevantes:

Tipo	Exposição ao risco
Risco de preço de <i>commodity</i>	Elevado
Risco cambial	Médio
Risco de taxa de juro	Baixo
Risco de liquidez	Baixo
Risco de crédito	Baixo

### Risco da volatilidade do preço de *Commodities*

Devido à natureza do seu negócio, a Galp está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude, dos seus derivados e do gás natural e eletricidade. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram

incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais. O Grupo controla parcialmente este risco, através do mercado de derivados de petróleo e gás natural, para proteger a margem de refinação de movimentos adversos do mercado.

Quanto à atividade de gás natural e eletricidade, o Grupo controla parcialmente este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural e eletricidade com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

O Grupo também utiliza instrumentos financeiros derivados, como Futuros e *Swaps*, para cobrir esse tipo de risco (Nota 19).

### Análise da sensibilidade ao preço das *commodities*

A análise de sensibilidade foi efetuada para saldos relacionados com derivados financeiros sobre *commodities*. Uma desvalorização imediata de 10% no preço das *commodities* abaixo indicadas teria impacto no resultado da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	2019		2018	
	Exposição ao risco	Impacto na demonstração de resultados	Exposição ao risco	Impacto na demonstração de resultados
Derivados sobre <i>commodities</i> de gás natural <sup>1</sup>	16	(27)	(15)	2
Contratos TTF (Gás natural)	(10)	(4)	15	(25)
Derivados sobre <i>commodities</i> de petróleo e seus derivados	26	6	56	38
Derivados sobre outras <i>commodities</i>	4	-	9	-

Unid: € m

<sup>1</sup> Exclui o impacto de derivados classificados como cobertura de justo valor e cobertura de fluxo de caixa.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

**Risco da taxa de câmbio**

O Dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp reporta as suas contas em Euros, este fator, entre outros, expõe a sua atividade a um risco de câmbio. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco cambial associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, o Grupo tem uma

abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e os *cash flows*. O nível de exposição dos *cash flows* e especialmente da demonstração da posição financeira é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face ao exposto, a Galp controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objetivo da gestão de risco cambial é o de limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A 31 de dezembro de 2019, para cobertura de risco de câmbio, o grupo Galp detinha contratos derivados como *Forwards* e *Swaps* cambiais (Nota 19).

**Análise de sensibilidade à variação cambial**

A análise de sensibilidade inclui saldos significativos em moeda estrangeira relativos a contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, derivados financeiros e caixa. Uma desvalorização de 10% do Euro em relação a outras moedas teria impacto nos resultados da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	2019		2018	
	Exposição ao risco	Impacto na demonstração de resultados	Exposição ao risco	Impacto na demonstração de resultados
Empréstimos obtidos e Dívida com Locações	(989)	57	(150)	15
Títulos negociáveis (incluídos em caixa e seus equivalentes)	329	17	795	44
Derivados <sup>1</sup>	45	34	104	49
Clientes e outras contas a receber	101	10	11	1
Fornecedores e outras contas a pagar	(126)	(13)	(178)	(18)

<sup>1</sup>Inclui derivados em USD e *Forwards* cambiais, tendo em consideração flutuações no MTM.

Unid: € m

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Taxa câmbio das principais moedas

	Unid: € m			
	2019		2018	
	Média	Fecho do ano	Média	Fecho do ano
EUR/USD	1,12	1,12	1,18	1,15
EUR/BRL	4,41	4,52	4,31	4,44
USD/BRL	3,94	4,02	3,65	3,88
EUR/CHF	1,11	1,09	1,16	1,13

## Risco da taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com a dívida bancária e dívida obrigacionista remunerada. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é o de reduzir a

volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco de taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, através de um conjunto de instrumentos de taxa fixa e variável. A 31 de dezembro de 2019 a Galp não detinha posições em aberto relativas a derivados de taxa de juro.

## Análise de sensibilidade à taxa de juro

A análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos com taxa de juro variável. Um aumento de 0,5% na taxa de juro teria impacto no resultado financeiro da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

	Unid: € m			
	2019		2018	
	Exposição ao risco	Impacto na demonstração de resultados	Exposição ao risco	Impacto na demonstração de resultados
Dívida obtida	(2.872)	(8)	(3.251)	(8)
Títulos e valores mobiliários	902	-	639	-

Note: Caixa e Equivalentes na Posição financeira compreende Títulos Negociáveis

## Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou "cash-flows" do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração

e investimentos. A Galp financia-se através dos "cash-flows" gerados pela sua atividade e, adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos bancários e obrigacionistas. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito, cujos montantes não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

que são exigíveis a 12 meses. Os *plafonds* de crédito disponíveis mas não utilizados de curto prazo e médio-longo prazo ascendem a €1,4 mil milhões a 31 de dezembro de 2019 e €1,4 mil milhões a 31 de dezembro de 2018. A Galp dispõe ainda de caixa e equivalentes disponíveis para uso no montante de €1,5 mil milhões a 31 de dezembro de 2019 e €1,5 mil milhões a 31 de dezembro de 2018. O montante agregado ascende a €2,9 mil milhões a 31 de dezembro de 2019 e €2,9 mil milhões a 31 de dezembro de 2018.

**Risco de crédito**

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível do Grupo e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respetiva notação de *rating* de crédito, no prazo da exposição e no montante monetário da exposição ao risco de crédito. Ver Nota 11 para outras avaliações de risco relacionadas especificamente com Clientes e outras contas a receber.

## 22. ESTRUTURA DE CAPITAL E ITENS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2019, o Grupo Galp apresenta um capital de €5,7 mil milhões, e estabeleceu um limite de endividamento de valores iguais ou inferiores a 2x Dívida Líquida / EBITDA, apesar dos contratos com instituições financeiras permitirem uma relação entre 3,5 e 3,75. A dívida líquida no exercício findo em 31

de dezembro de 2019 foi de € 1,4 mil milhões, estabelecendo esta meta em 0,7x.

## Capital social, distribuição aos acionistas e resultado por ação

**Capital social**

O capital social da Galp Energia SGPS, S.A. é constituído por 829.250.635 ações, com valor nominal de 1 Euro cada uma, integralmente subscrito.

**Distribuição aos acionistas**

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 12 de abril de 2019, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia, SGPS, SA dividendos no montante de €525 m (€0,6325/ação) relativos à distribuição do resultado líquido do exercício de 2018 e a resultados acumulados. Deste montante, €228 m (€0,275/ação) foram pagos aos acionistas em 20 setembro de 2018 a título de dividendo intercalar. O montante remanescente de €296 m (€0,3575/ação) foi pago em 9 de maio de 2019.

Adicionalmente o Conselho de Administração aprovou o pagamento de um dividendo intercalar sobre o resultado do exercício de 2019, no montante de €262 m, totalmente liquidado no dia 10 de setembro de 2019.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram pagos dividendos no montante de €64 m por parte de subsidiárias do Grupo Galp a interesses que não controlam.

Em resultado do acima exposto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo pagou dividendos no montante de €623 m.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Reservas

## Outras reservas - aumento de capital na Petrogal Brasil, S.A. e na Galp Brazil Services, BV

Em 28 de março de 2012, a Winland International Petroleum, SARL (WIP), subsidiária da Tip Top Energy, SARL (Grupo Sinopec), subscreveu e realizou um aumento de capital no montante de \$4.797m em relação às subsidiárias Petrogal Brasil, SA e Galp Sinopec Brazil Services, BV (anteriormente denominada Galp Brazil Services, BV), adquirindo 30% das ações e direitos de voto de ambas as subsidiárias da Galp. Em resultado do aumento de capital, o Grupo Galp manteve o controlo operacional e financeiro das empresas, detendo 70% do capital e dos direitos de voto, continuando, de acordo com a IFRS 10, a consolidar os seus ativos líquidos pelo método da consolidação integral. Desta forma, a diferença de €2.493 m entre o valor pago do aumento de capital e o valor contabilístico do capital próprio na data da transação foi registada como reservas no capital próprio. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram transferidos €489 m desta reserva para resultados acumulados, devido à redução das entradas suplementares de capital (*share premium*) efetuada pela GSBV.

## 23. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

A 31 de dezembro de 2019, a variação dos interesses que não controlam durante o ano e incluídos no capital próprio é como segue:



a) Dos €69 m correspondentes a dividendos atribuídos a minoritários, €5 m ainda não foram pagos.

b) A diminuição do capital social está relacionada com a redução de share premium na Galp Sinopec Brazil Services (GSBV) conforme explicado na nota 12.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores das demonstrações financeiras dos principais interesses minoritários em 31 de dezembro de 2019:

	Unid: € m	
	Petrogal Brasil, S.A.	Galp Sinopec Brazil Services BV
Total de ativos não correntes	3.982	1.675
Total de ativos correntes	1.191	464
Dos quais caixa e equivalentes de caixa	379	372
<b>Total de ativo</b>	<b>5.172</b>	<b>2.139</b>
Total de passivos não correntes	2.224	95
Dos quais dívida	-	-
Total de passivos correntes	864	106
Dos quais dívida	-	-
<b>Total de passivos</b>	<b>3.088</b>	<b>201</b>
Total de proveitos operacionais	1.991	60
Total de custos operacionais	(1.317)	(92)
Amortização, depreciação e perdas por imparidade em ativos fixos	(275)	(40)
<b>Resultado operacional</b>	<b>815</b>	<b>93</b>
Custos financeiros líquidos	(135)	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>815</b>	<b>93</b>
Imposto sobre o rendimento	(617)	(11)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>198</b>	<b>82</b>

## 24. PROVEITOS E GANHOS

### Políticas contabilísticas

Para os segmentos de Refinação e Distribuição e Gás & Power, o rédito é reconhecido quando a Galp satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir os produtos ou serviços prometidos para o cliente. O produto é transferido quando o cliente obtém o controlo do mesmo.

As vendas são mensuradas pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, com exceção do Imposto sobre Produtos Petrolíferos, descontos e abatimentos.

Para o segmento de Exploração e Produção, o rédito resultante da produção de hidrocarbonetos de propriedades em que a Galp tem interesse em acordos conjuntos é reconhecido com base no interesse participativo da Galp (*entitlement*). O rédito resultante da produção de petróleo ao abrigo de contratos de partilha de



**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

produção é reconhecido pelos montantes relativos às recuperações de custos da Galp e à parte da Galp na produção restante.

Conforme mencionado na Nota 11, a Galp realiza operações de *under* e *overlifting* da sua quota-parte no crude. No caso do *Underlifting*, o parceiro efetua um levantamento de barris que já pertencem à Galp e efetua uma venda por conta do Grupo. Assim, a Galp regista uma conta a receber por contrapartida de um proveito. No caso do *Overlifting*, esta situação ocorre quando a Galp efetua um levantamento de barris aos quais ainda não tem direito. Estes montantes são apresentados em Outros proveitos operacionais e Outros custos operacionais (Nota 25), respetivamente.

As diferenças de câmbio decorrentes dos saldos de fornecedores e clientes são reconhecidas nos resultados operacionais.

A Galp, ao abrigo dos princípios contabilísticos descritos na IFRS 15, reviu também o enquadramento *Principal vs. Agente* em relação ao custo incorrido e bens e serviços prestados.

Um dos serviços verificados está relacionado com a atividade de comercialização de Gás Natural, nomeadamente no que se refere às tarifas de eletricidade e de gás pagas às entidades de distribuição e reconhecidas como custos. Os serviços prestados ou prometidos a clientes finais contêm o custo das tarifas incluídas no preço e são reconhecidos como proveito operacional. A Galp concluiu que cada prestação contratual para fornecer o bem ou serviço especificado é da responsabilidade do Grupo, controlando assim os bens ou serviços fornecidos ao cliente, antes de os entregar aos clientes finais. A Galp atua, portanto, como *Principal* e não como *Agente* no cumprimento das suas obrigações contratuais.

	Unid: € m		
	Notas	2019	2018
		17.182	17.470
Vendas		15.962	16.535
Mercadorias		7.066	7.208
Produtos		8.886	9.297
Diferenças de câmbio		11	31
Prestações de serviços		608	647
Outros proveitos operacionais		368	141
Underlifting		187	22
Outros		181	118
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9	121	129
Proveitos financeiros	27	123	18

A rubrica de Prestações de serviços inclui, entre outros, o montante de €53 m, relativos a débitos a terceiros pela utilização de ativos de gás relacionados com a atividade de E&P.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 25. CUSTOS E PERDAS

Os custos operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 detalham-se como segue:

		Unid: € m	
	Notas	2019	2018
<b>Total de custos:</b>		15.903	15.782
<b>Custo das Vendas:</b>		12.592	12.763
Matérias-primas e subsidiárias		5.538	5.940
Mercadorias		3.867	4.236
Imposto sobre produtos petrolíferos		2.834	2.773
Variação da produção		345	(167)
Imparidade de inventários	10	(33)	37
Derivados financeiros	19	32	(79)
Diferenças de câmbio		10	21
<b>Fornecimento e serviços externos:</b>		1.650	1.780
Subcontratos - utilização de redes		365	450
Transporte de mercadorias		318	222
Custos de produção – Blocos E&P		187	268
Royalties		196	189
Custos de exploração – Blocos E&P		40	43
<b>Outros Custos</b>		544	609
Custos com pessoal	26	346	321
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	5/6/7	979	691
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	11/18	6	5
<b>Outros custos:</b>		132	134
Outros impostos		23	23
Custos com emissões de CO2		29	12
Overlifting		18	55
Outros custos operacionais		63	43
Custos financeiros	27	197	88

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A rubrica “Variação da produção” inclui um montante negativo de €200 m relativos ao processo de unitização no Brasil (Nota 5).

A rubrica Subcontratos – utilização de redes refere-se a encargos pelo uso de: (i) rede de distribuição (URD); (ii) rede de transporte (URT) e (iii) sistema global (UGS), conforme incluído no preço das tarifas.

O montante de €158 m relativo a *royalties* refere-se maioritariamente à exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. Os *royalties* são calculados com base numa taxa aplicável de 10% sobre os volumes de produção na proporção da participação da Galp valorizada ao preço de referência da ANP.

## 26. CUSTOS COM PESSOAL

### Políticas contabilísticas

#### Remuneração dos empregados

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Galp.

### Remuneração dos órgãos sociais

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este período.

	Unid: € m		
	Notas	2019	2018
Custos com pessoal		346	321
Capitalização de custos com pessoal		(10)	(7)
Total de custos do exercício		356	328
Remunerações órgãos sociais		9	8
Remunerações do pessoal		236	221
Encargos sociais		52	51
Benefícios de reforma - pensões e seguros	17	37	24
Outros seguros		8	9
Outros gastos		13	15
Remunerações órgãos sociais		9	8
Órgãos sociais da Galp Energia SGPS		7	7
Remunerações e Prémios		6	6
Contribuições para fundos de pensões		1	1
Órgãos sociais das subsidiárias		2	1
Salários e prémios		2	1
Número de empregados a tempo inteiro		6.386	6.360

Em 2019, os Benefícios de reforma – pensões e seguros, incluem €20 m relacionados com reestruturações.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 27. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

### Políticas contabilísticas

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos e obrigações, locações e planos de benefícios de reforma e outros benefícios. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração consolidada de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

	Unid: € m		
	Notas	2019	2018
		(74)	(70)
Proveitos financeiros:		123	18
Juros de depósitos bancários		35	32
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empréstimos a empresas relacionadas		2	10
Outros proveitos financeiros		4	3
Rendimento de instrumentos financeiros derivados	19	81	(28)
Custos financeiros:		(197)	(88)
Juros de empréstimos bancários, obrigacionistas, descobertos bancários e outros		(65)	(78)
Juros suportados relativos a empréstimos de empresas relacionadas		-	(5)
Juros capitalizados nos ativos fixos	5	24	49
Juros relativos a locações	7	(90)	-
Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios	17	(6)	(7)
Encargos relacionados com empréstimos bancários, obrigacionistas e linhas de crédito		(8)	(9)
Ganhos/(Perdas) cambiais liquidas		(10)	(31)
Outros custos financeiros		(41)	(7)

A rubrica de Outros custos financeiros inclui o montante de €20 m que está relacionado com o processo de unitização do Brasil (Nota 5).

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 28. COMPROMISSOS

As obrigações contratuais e os passivos não correntes reconhecidos detalham-se como se segue (pagamentos devidos por período):

	Unid: € m			
	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigação total reconhecida na demonstração da posição financeira	82	37	183	301
Benefícios pós-emprego	55	19	20	93
Outros benefícios	27	18	163	208
Obrigação total não reconhecida na demonstração da posição financeira	2.388	1.046	1.359	4.793
Compras de gás natural	3.013	1.242	1.359	5.614
Vendas de gás natural	(625)	(196)	-	(821)

As compras de gás natural referem-se a compromissos contratuais de compra de gás natural em contratos de longo prazo com cláusulas de “*Take-or-pay*” negociadas e mantidas para uso próprio. Esses contratos são normalmente assinados por períodos de 20 a 25 anos, exigem uma quantidade mínima de compra e estão sujeitos a mecanismos de revisão de preços indexados a cotações internacionais de petróleo/gás. Os valores

foram calculados com base nos preços do gás natural em 31 de dezembro de 2019. A posição de venda de gás natural refere-se a compromissos contratuais para a venda de gás natural em contratos de médio e longo prazo com cláusulas “*Take-or-pay*” negociadas. Os montantes foram calculados com base nos preços do gás natural em 31 de dezembro de 2019.

Decorrente das suas operações comerciais, o Grupo celebrou contratos, no âmbito dos quais assumiu compromissos para fins comerciais, regulatórios ou outros fins operacionais. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as responsabilidades com garantias concedidas são as seguintes:

	Unid: € m	
	2019	2018
Garantias prestadas	3.871	3.565
Venture Global, LLC	1.780	1.747
Charter Agreement FPSO	1.293	1.269
Coral South FLNG project	299	176
Cercena Investments, S.L.U.	178	-
Petrobras	66	80
ANP	27	27
Outras relacionadas com atividades principais	227	266

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Nos termos do contrato celebrado em abril de 2018 com a Venture Global, LLC, relacionado com o Contrato de Compra e Venda de GNL, a Galp emitiu cartas de conforto no valor total do contrato (USD 2 mil milhões).

Em relação ao contrato de afretamento de quatro FPSO's, a Galp emitiu cartas de conforto no valor de USD 1.452 m, em nome da Tupi, BV, que representa a proporção da Galp no consórcio do BM-S-11.

Ao abrigo do financiamento do projeto Coral South FLNG, a Galp Energia SGPS tem vindo a emitir cartas de conforto (DSU-*Debt Service Undertaking*) sobre a totalidade do montante em dívida a cada momento na proporção da sua participação. Esta garantia deverá terminar na data real de conclusão (estimada para o ano 2024) caso não existam obrigações em aberto. A 31 de dezembro de 2019, a participação Galp na DSU ascendia a €269 m. Também no âmbito deste financiamento, a Galp Energia SGPS S.A. presta uma garantia que cobre 1/9 da DSU em nome da ENH ("Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, um dos membros do consórcio do projeto Coral Sul FLNG), o que corresponde à participação da Galp no consórcio excluindo a ENH. A 31 de dezembro de 2019, a participação da Galp na responsabilidade assumida relativa à ENH ascendia a €30 m.

O Grupo celebrou um acordo de compra com a X-Elio (também referida como Cercena Investments) por forma a fornecer energia solar aos seus clientes. No âmbito deste acordo o Grupo emitiu uma carta de conforto no valor de €178 m.

A garantia dada à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás") no valor de €66 m é devida para garantir o contrato de fornecimento de gás dos módulos de desenvolvimento do piloto de Lula e Lula NE.

Foram ainda concedidas garantias à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") relativas a contratos de concessão de exploração de petróleo bruto, no montante de €27 m. A garantia foi concedida em conexão com a realização dos programas mínimos de exploração, em que a Galp, como membro do consórcio, é obrigada a realizar certas atividades sísmicas e perfuração de poços durante o período de exploração.

O Grupo Galp tem empréstimos bancários que, em alguns casos, têm cláusulas que caso sejam acionadas pelos bancos, podem levar ao reembolso antecipado dos montantes emprestados. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida de médio/longo prazo ascendia a €2,5 mil milhões. Deste montante, os contratos com *covenants* correspondem a €0,9 mil milhões. Os *covenants* existentes são definidos essencialmente para garantir o cumprimento dos rácios financeiros que monitorizam a posição financeira da Empresa, incluindo a sua capacidade para fazer face ao serviço da dívida. O rácio Dívida Líquida Total sobre EBITDA consolidado é o mais utilizado e, em 31 de dezembro de 2019, era de 0,7x, de acordo com a metodologia definida nos contratos. O rácio estipulado nos contratos é, em termos gerais, de 3.5 – 3.75 x EBITDA.

## 29. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras, como segue:

(a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se: (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;

(b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas mãe, subsidiárias e subsidiárias

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

colegas estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma

entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); (vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

O Grupo realizou as seguintes transações relevantes com partes relacionadas:

Notas	Unid: € m			
	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Saldos ativos:</b>	76	135	266	59
Associadas	10	32	20	16
Empreendimentos conjuntos	6	103	10	43
Tip Top Energy, SARL	-	-	176	-
Winland International Petroleum, SARL	43	-	42	-
Outras entidades relacionadas	17	-	18	-

Notas	Unid: € m			
	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Saldos passivos:</b>	(76)	-	(100)	-
Associadas	(7)	-	(8)	-
Empreendimentos conjuntos	(63)	-	(76)	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	-	-
Winland International Petroleum, SARL	(4)	-	(9)	-
Outras entidades relacionadas	(2)	-	(7)	-

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Unid: € m					
	2019			2018		
	Compras	Custos / Proveitos operacionais	Custos / Proveitos financeiros	Compras	Custos / Proveitos operacionais	Custos / Proveitos financeiros
<b>Transações:</b>	(87)	221		(102)	158	5
Associadas	(68)	10	-	(85)	7	-
Empreendimentos conjuntos	-	(67)	-	-	(74)	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	-	-	-	9
Winland International Petroleum, SARL	-	-	-	-	-	(5)
Outras entidades relacionadas	(19)	279	-	(17)	226	-

## 30. EMPRESAS DO GRUPO GALP

Sempre que uma entidade é adquirida ou a participação modificada, é exercido julgamento por parte da Administração de forma a proporcionar uma imagem fiel e clara das demonstrações financeiras consolidadas. Nesta avaliação, são considerados diversos fatores para suportar a tomada de decisão, nomeadamente:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

São ainda minuciosamente analisados os acordos parassociais e as cláusulas contratuais, no sentido de identificar se as mesmas são substantivas quanto à existência de controlo ou se apenas são conferidos direitos de proteção ao investidor. É ainda avaliada a substância sobre a forma legal destes acordos no âmbito do tratamento contabilístico a adotar.



## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Perímetro de consolidação

As empresas incluídas na consolidação, de acordo com o método de consolidação integral são divulgadas abaixo:

Atividade:	• Exploração & Produção	• Refinação & Distribuição	• Gas & Power	• Outros
Empresa e país	Percentagem de capital detido			Atividade
<b>Empresa mãe</b>				
Galp Energia, SGPS, S.A., Portugal				•
<b>Subsidiárias por grupo</b>				
Galp Energia, S.A., Portugal			100%	•
<b>Subgrupo Galp Energia E&amp;P</b>				
Galp Energia E&P, BV, Holanda			100%	•
Galp Sinopec Brazil Services BV, Holanda			70%	•
Galp E&P Brazil BV, Holanda			100%	•
Galp Energia Brasil, S.A.; Brasil			100%	•
Petrogal Brasil, BV, Holanda			100%	•
Petrogal Brasil, S.A., Brasil			70%	•
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.			100%	•
Galp East Africa BV, Holanda			100%	•
Galp Energia Rovuma BV, Holanda			100%	•
Galp Energia Rovuma BV (Sucursal em Moçambique), Moçambique			-	•
Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., Portugal			100%	•
Galp Energia São Tomé e Príncipe Unipessoal, Limitada; São Tomé and Príncipe			100%	•
Galp Energia Overseas BV, Holanda			100%	•
Galp Energia Overseas Block 14 BV, Holanda			100%	•
Galp Energia Overseas Block 14 BV - (Sucursal em Angola), Angola			-	•
Galp Energia Overseas Block 32 BV, Holanda			100%	•
Galp Energia Overseas Block 32 BV - (Sucursal em Angola), Angola			-	•
Galp Energia Overseas Block 33 BV, Holanda			100%	•
Galp Energia Overseas Block 33 BV - (Sucursal em Angola), Angola			-	•
Galp Energia Overseas LNG BV, Holanda			100%	•
Galp Energia Overseas LNG BV - (Sucursal em Angola); Angola			-	•
Galp Bioenergy BV, Holanda			100%	•
Belem Bioenergia Brasil, S.A., Brasil**			100%	•
Windhoek PEL 23 BV, Holanda			100%	•
Windhoek PEL 23 BV (Sucursal na Namíbia); Namíbia			-	•
Windhoek PEL 28 BV, Holanda			100%	•
Windhoek PEL 28 BV (Sucursal na Namíbia); Namíbia			-	•
Galp Trading, S.A., Suíça			100%	•

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Tagus Re, S.A.; Luxemburgo	100%	•
ISPG - Centro Tecnológico, S.A., Brasil	100%	•
<b>Subgrupo GDP</b>		
Galp Gás e Power, SGPS, S.A., Portugal	100%	
Lisboagás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
GDP Gás de Portugal, S.A., Portugal	100%	•
Galp Parques Eólicos de Alcoutim Lda, Portugal *	100%	•
Lusitaniagás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Setgás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Cariço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., Portugal	65%	•
Galp Power, S.A., Portugal	100%	•
Agroger - Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A., Portugal	100%	•
Galp Gás Natural, S.A., Portugal	100%	•
Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A., Portugal	100%	•
Transgás, S.A., Portugal	100%	•
<b>Subgrupo Petrogal</b>		
Petrogal, S.A., Portugal	100%	•
Petrogal, S.A. (Sucursal na Venezuela); Venezuela	-	•
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (Sucursal em Espanha), Espanha	-	•
Galp Energia España, S.A., Espanha	100%	•
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U., Espanha	100%	•
Galp Açores S.A., Portugal	100%	•
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A., Portugal	68%	•
Galp Madeira S.A., Portugal	100%	•
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., Portugal	75%	•
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A., Portugal	100%	•
Sacor Marítima, S.A., Portugal	100%	•
C.L.T. - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A., Portugal	100%	•
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda., Portugal	75%	•
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A., Portugal	100%	•
Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S.A., Portugal	100%	•
Galp Energia Portugal Holdings BV, Holanda	100%	•
Galp Exploração e Produção (Timor Leste), S.A., Portugal	100%	•
Enerfuel, S.A., Portugal	100%	•
Portcogeração, S.A., Portugal	100%	•
Galp Marketing Internacional, S.A., Portugal	100%	•
Petrogal Guiné-Bissau, Lda., Guiné- Bissau	100%	•
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda., Guiné-Bissau	80%	•

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda., Guiné-Bissau	65%	•
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda., Guiné-Bissau	90%	•
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L, Cabo Verde*	48%	•
Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A., Cabo Verde	100%	•
EnacolGest, Lda., Cabo Verde	100%	•
Petrogal Moçambique, Lda., Moçambique	100%	•
Galp Moçambique, Lda., Moçambique	100%	•
Galp Moçambique, Lda. (Sucursal em Malawi), Malawi	-	•
Galp Eswatini (PTY) Limited, Eswatini	100%	•
Petrogal Angola, Lda., Angola	100%	•
GowithFlow, S.A., Portugal	99%	•

\* O Grupo controla as políticas financeiras e operacionais da Enacol e é expectável que continue a controlar através de uma maioria representativa dos votos do Conselho de Administração.

\*\* Durante o ano, o Grupo adquiriu 50% das ações remanescentes à Petrobrás.

Durante o ano, a empresa do Grupo, Galp Alentejo S.A. foi liquidada.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Operações conjuntas não incorporadas

## Operações Conjuntas - Consórcios petrolíferos

Consórcio	Interesse participativo Galp	Consórcio	Interesse participativo Galp
<b>Consórcio no Brasil</b>			
BM-S-8	20% <sup>1</sup>	<b>Consórcio em Moçambique</b>	
BM-S-11	10%	Área 4	10%
BM-S-11 A	10%	<b>Consórcio em Angola</b>	
BM-S-24	20%	Block 14	9%
BT-POT-32	50%	Block 14K	4,5%
BT-POT-51	50%	Block 32	5%
BT-SEAL-13	50%	Block 33	5,33%
BM-POT-17	20%	Sonagas	10%
BM-POT-16	20%	<b>Consórcio em Timor Leste</b>	
PEPB-M-783	20%	Block (E) S06-04	10%
PEPB-M-839	20%	<b>Consórcio na Namíbia</b>	
BAR-300	10%	PEL82	40%
BAR-342	10%	PEL83	80%
BAR-344	10%	<b>Consórcio no Uruguai</b>	
BAR-388	10%	Area 3	20%
PN-T-136	50%	Area 4	20%
PN-T-150	50%	<b>Consórcio em S. Tomé e Príncipe</b>	
PN-T-166	50%	Block 6	45%
PN-T-182	50%	Block 11	20%
POT-M-764	20%	Block 12	20%
Carcará Norte	20%		
C-M-791	20%		
Block Uirapuru	14%		

<sup>1</sup> Ainda sujeito à aprovação pela ANP.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Operações conjuntas incorporadas

Atividade	• Exploração & Produção	• Refinação & Distribuição	• Gas & Power	• Outras
Empresa e país	Percentagem de capital detido			Atividade
Sigás - Armazenagem, de Gás, A.C.E., Portugal			60,00%	•
Pergás - Armazenamento, de Gás, A.C.E., Portugal			51,00%	•
Multiservicios Galp Barcelona, Espanha			50,00%	•

## Empreendimentos conjuntos

Atividade	• Exploração & Produção	• Refinação & Distribuição	• Gas & Power	• Outras
Empresa e país	Percentagem de capital detido			Atividade
Tupi BV, Holanda*			10,00%	•
Iara BV, The Holanda*			10,00%	•
Coral FLNG, S.A., Moçambique*			10,00%	•
Coral South FLNG DMCC, Emirados Árabes Unidos*			10,00%	•
Rovuma LNG, S.A., Moçambique*			10,00%	•
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., Portugal*			65,00%	•
Galp Disa Aviacion, S.A., Espanha			50,00%	•
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda., Portugal			50,00%	•
Caiaigeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda., Portugal			50,00%	•
Galpek, Lda, Portugal			50,00%	•
Ventinveste, S.A., Portugal*			51,50%	•
Parque Eólico de Vale Grande, S.A., Portugal*			51,50%	•
Talar Renewable Energy, S.L., Espanha			50,00%	•
<b>Subgrupo Galp Gás Natural Distribuição</b>				
Galp Gás Natural Distribuição, S.A., Portugal*			77,50%	•
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., Portugal*			46,19%	•
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A., Portugal*			77,50%	•
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A., Portugal*			77,50%	•
Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Portugal*			77,50%	•
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., Portugal*			75,32%	•
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A., Portugal*			77,50%	•
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A., Portugal*			77,50%	•
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., Portugal*			77,45%	•
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A., Portugal*			77,00%	•
Tagusgás Propano, S.A., Portugal*			77,00%	•

\* Apesar de o Grupo deter mais ou menos de 50% da participação, a entidade é classificada como empreendimento conjunto uma vez que existem acordos parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeira da Empresa.

## PARTE I

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Associadas

Atividade	• Exploração & Produção	• Refinação & Distribuição	• Gas & Power	• Outros	
Empresa e país	Percentagem de capital detido			Atividade	
Gasoduto Extremadura, S.A., Espanha				49,00%	•
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L, Cabo Verde				47,74%	•
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A., Portugal				35,00%	•
Gasoduto Al-Andaluz, S.A., Espanha				33,04%	•
Geo Alternativa, S.L., Espanha				25,00%	•
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd, Espanha				22,80%	•
Metragaz, S.A., Marrocos				22,64%	•
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários, Guiné- Bissau*				50,00%	•
Tauá Brasil Palma, S.A.				49,99%	•
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda., Angola				49,00%	•
Galp IPG Matola Terminal Lda, Moçambique				45,00%	•
IPG Galp Beira Terminal Lda, Moçambique				45,00%	•
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda., Portugal				23,50%	•

\* A Galp detém influência significativa, apesar de deter 50% das ações da Aero Serviços, SARL.

**PARTE I**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Políticas contabilísticas

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados, se significativos, no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

A 22 de Janeiro de 2020 a Galp celebrou um acordo com o Grupo ACS para a aquisição de projetos de geração de energia solar em Espanha. Os ativos incluem centrais de energia solar em operação com capacidade instalada de aproximadamente 900 MW. Também inclui projetos em curso ou em fase de licenciamento para aumentar a capacidade total de geração de energia instalada para 2,9 GW até 2023.

No início de 2020, a evolução da pandemia de COVID-19 e a volatilidade do preço do petróleo nos mercados internacionais tem aumentado o clima de incerteza na economia mundial sobre as perspetivas de curto prazo. No entanto, a esta data, as perspetivas futuras de médio e longo prazo do Grupo Galp Energia e que foram incorporados nos testes de imparidade, permanecem inalteradas.

## 32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação da Assembleia Geral

de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

### Presidente:

Paula Amorim

### Vice Presidente e Lead Independent Director:

Miguel Athayde Marques

### Vice Presidente:

Carlos Gomes da Silva

### Membros:

Filipe Crisóstomo Silva  
Thore E. Kristiansen  
Carlos Costa Pina  
José Carlos da Silva  
Sofia Tenreiro  
Susana Quintana-Plaza  
Marta Amorim  
Francisco Rêgo  
Carlos Pinto  
Luís Todo Bom  
Jorge Seabra de Freitas  
Rui Paulo Gonçalves  
Diogo Tavares  
Edmar de Almeida  
Cristina Neves Fonseca  
Adolfo Mesquita Nunes

### Contabilista certificado:

Paula de Freitas Gazul

**PARTE I**  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA





Ernst & Young  
Audit & Associados - SROCC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Galp Energia, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 13.770 milhões de euros e um total de capital próprio de 5.657 milhões de euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 479 milhões de euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:



## 1. Auditoria aos saldos de abertura

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Fomos nomeados como auditores da Galp Energia SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019.</p> <p>Uma auditoria de primeiro ano exige a realização de um conjunto adicional de procedimentos que não são executados em auditorias recorrentes. Foram tomados um conjunto de considerações e desenvolvidas atividades adicionais para a definição de uma estratégia e plano de auditoria adequados, dos quais destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Entendimento do Grupo e das suas atividades, incluindo o ambiente de controlo, de forma a efetuar uma correta avaliação de risco e definir uma estratégia e plano de auditoria adequados;</li> <li>▶ Obtenção de prova de auditoria sobre os saldos de abertura, incluindo a correta aplicação dos princípios contabilísticos;</li> <li>▶ Comunicação com o anterior auditor e revisão dos papeis de trabalho do exercício anterior;</li> <li>▶ Revisão e discussão das matérias relevantes de auditoria incluídas na Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida pelo anterior auditor.</li> </ul> <p>Para algumas áreas específicas, as quais identificamos como apresentando um maior risco de auditoria decorrente da magnitude dos valores, complexidade e elevado julgamento associado, foram efetuados procedimentos adicionais de auditoria sobre os saldos de abertura, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Processos relacionados com a contratação, reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros derivados;</li> </ul>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Desenvolvemos um plano de transição que incluía o planeamento de um conjunto de atividades para garantir uma transição eficaz do anterior auditor e uma adequada avaliação dos riscos de auditoria. As atividades planeadas incluíram, entre outras, um entendimento inicial do Grupo e das suas operações, suportado por informações sobre a sua história, estratégia, riscos de negócio, estrutura dos sistemas de informação, ambiente de controlo, incluindo controlo interno, e processo de relato financeiro.</li> <li>▶ Avaliámos os saldos iniciais, assim como a seleção e correta aplicação das políticas contabilísticas através da revisão dos principais suportes que serviram de prova de auditoria do anterior auditor relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ao nível das demonstrações financeiras consolidadas e das componentes significativas do Grupo, através da revisão dos papeis de trabalho do anterior auditor;</li> <li>▶ Discutimos e aprovámos o plano de auditoria em conjunto com o Conselho Fiscal e a equipa executiva do Grupo, e efetuámos reuniões regulares para apresentação de pontos de situação sobre as tarefas executadas e dos principais assuntos identificados;</li> <li>▶ Realizámos uma reunião global de planeamento de auditoria em maio de 2019, na qual os membros da equipa executiva do Grupo apresentaram, aos elementos mais experientes da equipa de auditoria e das principais localizações, a forma como o Grupo está organizado e os seus principais processos;</li> <li>▶ Reunimos com as equipas de Gestão, quer a um nível central, quer a um nível das principais unidades de negócio e geografias, para obter um entendimento detalhado do Grupo, incluindo os seus principais processos e controlo interno. Esta atividade incluiu a realização de mais de 40 reuniões e cobriu todas as geografias;</li> <li>▶ Avaliámos os principais processos, julgamentos e políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo, nomeadamente no que se refere aos instrumentos financeiros derivados, responsabilidades com benefícios pós-emprego e moeda funcional, revendo a documentação técnica preparada sobre os referidos assuntos;</li> </ul>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Revisão dos pressupostos atuariais considerados na mensuração das responsabilidades pós-emprego;</li> <li>▶ Discussão com a Gestão sobre a definição da moeda funcional em algumas das geografias que o Grupo opera, incluindo a revisão da documentação de suporte;</li> <li>▶ Revisão dos testes de imparidade sobre os principais ativos de Exploração e Produção, Refinação e de Retalho e Distribuição;</li> <li>▶ Discussão com a Gestão sobre as questões fiscais mais significativas, incluindo a revisão da avaliação e documentação de suporte preparada pelo Grupo;</li> <li>▶ Entendimento geral e específico de todo o governo de gestão das tecnologias de informação que suportam o Grupo nomeadamente no que respeita aos controlos gerais, gestão de acessos e gestão de alterações das principais aplicações que suportam as operações e o relato financeiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Efetuamos a revisão dos principais processos fiscais em curso, incluindo a revisão da avaliação efetuada pelo Grupo para as provisões e passivos contingentes divulgados nas demonstrações financeiras de 2018, assim como uma avaliação independente da necessidade de provisão a ser constituída;</li> <li>▶ Efetuámos uma compreensão detalhada das análises de imparidade preparadas pelo Grupo incluindo a análise dos pressupostos utilizados e uso de informação preparada por peritos bem como as análises de sensibilidade preparadas; e</li> <li>▶ Obtivemos um entendimento dos principais sistemas de informação que suportam o negócio do Grupo e efetuámos os procedimentos adicionais que se mostraram necessários para obter confiança suficiente nos sistemas, processos e aplicações de gestão que suportam o relato financeiro relativo a todo exercício.</li> </ul> <p>Considerámos os resultados da nossa auditoria, à medida que foi progredindo, para obter evidências adicionais sobre os saldos de abertura.</p>

## 2. Recuperabilidade de ativos não correntes de Exploração e Produção

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A 31 de dezembro de 2019 o montante de ativos não correntes reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, relacionados com o segmento operacional de Exploração e Produção, ascende a 4.247 milhões de euros.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Compreensão e avaliação do processo de definição das unidades geradoras de caixa do segmento de Exploração e Produção do Grupo, da identificação de indícios ou reversão de imparidade e da quantificação de reservas de petróleo e gás provadas e prováveis;</li> </ul>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A análise de recuperabilidade dos ativos não correntes do segmento de Exploração e Produção requer a definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se referem à projeção dos cash-flows futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.</p> <p>As projeções dos cash-flows futuros do segmento de Exploração e Produção assenta essencialmente na estimativa de reservas de petróleo e gás provadas e prováveis, assim como nos perfis e impostos de produção associados, projeções de preços futuros de petróleo bruto e gás, estimativas futuras de despesas de operacionais e de capital e taxas de desconto.</p> <p>A materialidade dos montantes em causa no total do Ativo do Grupo e o grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos não correntes de Exploração e Produção do Grupo, que requer a definição de estimativas e pressupostos complexos por parte da Gestão num ambiente de constante volatilidade dos preços de petróleo e gás natural, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p> <p>Adicionalmente, foi ainda tido em consideração a avaliação dos recentes desenvolvimentos do preço do petróleo nos mercados internacionais decorrentes da pandemia de COVID-19 (Corona vírus) e da guerra de preços, nas projeções futuras de longo prazo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Análise dos testes de imparidade preparados pelo Grupo, através da avaliação da adequabilidade do modelo utilizado pela Gestão e respetivos cálculos dos cash-flows futuros através da verificação da exatidão aritmética;</li> <li>▶ Reconciliação por unidade geradora de caixa, do total de reservas de petróleo e gás provadas e prováveis no início do período com as reservas de petróleo e gás provadas e prováveis finais e análise das principais variações do exercício (adições, compras, vendas e revisão de estimativas) através de procedimentos analíticos, incluindo a discussão com a equipa do negócio de Exploração e Produção, relativamente à documentação de suporte para as referidas variações;</li> <li>▶ Avaliação dos resultados da quantificação das reservas efetuada por um perito independente da Gestão e aferição da sua independência e competência;</li> <li>▶ Validação da razoabilidade dos pressupostos que apresentam maior sensibilidade e julgamento na determinação do valor de uso, nomeadamente os preços futuros de petróleo bruto e gás, através da comparação com as projeções de preço de analistas externos e os preços adotados por outras empresas do sector de petróleo e gás;</li> <li>▶ Teste das taxas de desconto e taxas de inflação utilizadas nos testes de imparidade através do recurso a especialistas da EY em modelos financeiros, que avaliaram a metodologia utilizada pela gestão e testaram a documentação que suporta o cálculo;</li> <li>▶ Reconciliação das projeções de despesas operacionais e de capital utilizados nos testes de imparidade com os orçamentos aprovados pelos operadores e com o plano de negócio plurianual aprovado pelo Conselho de Administração da Galp Energia SGPS, S.A.;</li> <li>▶ Realização de análises de sensibilidade de modo a determinar qual o nível de variações que, individualmente ou no seu conjunto, poderiam originar perdas por imparidade; e</li> <li>▶ Para os ativos para os quais foram registadas imparidades no passado, comparámos os resultados atuais com os pressupostos utilizados no passado e avaliámos possíveis reversões de perdas por imparidade.</li> </ul>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	Verificámos também a adequabilidade das divulgações apresentadas na nota 5 das Demonstrações Financeiras consolidadas relacionadas com os ativos não correntes do segmento operacional de Exploração e Produção.

### 3. Recuperabilidade de ativos não correntes em Espanha

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A 31 de dezembro de 2019 o montante de ativos não correntes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, relacionados com a distribuição de produtos refinados em Espanha, considerada pela Gestão como uma única unidade geradora de caixa, ascende a 339 milhões de euros e compreende 237 milhões de euros de ativos fixos tangíveis, 63 milhões de euros de ativos intangíveis e 39 milhões de euros de impostos diferidos ativos.</p> <p>A materialidade dos montantes em causa e o grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos não correntes referidos anteriormente, que requer a definição de estimativas e pressupostos complexos por parte da Gestão, nomeadamente no que diz respeito ao apuramento do valor de uso no âmbito do teste de imparidade à unidade geradora de caixa e a correspondente recuperabilidade dos impostos diferidos ativos em função das estimativas de resultados fiscais futuros, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos relativamente ao teste de imparidade à unidade geradora de caixa relacionada com a distribuição de produtos refinados em Espanha:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Compreensão e avaliação do processo de definição da unidade geradora de caixa relacionada com a distribuição de produtos refinados em Espanha;</li> <li>▶ Avaliação da adequabilidade do modelo de imparidade utilizado pela Gestão e respetivos cálculos embutidos, através da verificação da exatidão aritmética;</li> <li>▶ Validação da razoabilidade dos pressupostos que apresentam maior sensibilidade na determinação do valor de uso, nomeadamente a evolução das receitas, margem de EBITDA, taxa de desconto, preços futuros das commodities e taxa de crescimento na perpetuidade;</li> <li>▶ Teste das taxas de desconto e taxas de inflação utilizadas nos testes de imparidade através do recurso a especialistas da EY em modelos financeiros, que avaliaram a metodologia utilizada pela gestão e testaram a documentação que suporta o cálculo;</li> <li>▶ Reconciliação do plano de negócio plurianual aprovado pelo Conselho de Administração da Galp Energia SGPS, S.A. com as projeções incluídas no teste de imparidade à unidade geradora de caixa;</li> </ul>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram desreconhecidos ativos por impostos diferidos, nem identificadas perdas por imparidade adicionais nos ativos não correntes relacionados com a distribuição de produtos refinados em Espanha decorrentes dos testes de imparidade efetuados pela Gestão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Realização de análises de sensibilidade de modo a determinar qual o nível de variações que, individualmente ou no seu conjunto, poderiam originar perdas por imparidade; e</li> <li>▶ Para ativos para os quais foram registadas imparidades no passado, comparámos os resultados atuais com os pressupostos utilizados no passado e avaliamos possíveis reversões de perdas por imparidade.</li> </ul> <p>No que se refere à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos comparámos a projeção de resultados fiscais futuros com as projeções de fluxos de caixa acima referidas, verificámos a exatidão aritmética do cálculo e avaliamos a adequabilidade da taxa de imposto considerada para o efeito.</p> <p>Revimos igualmente a adequabilidade das divulgações associadas, apresentadas nas notas 5 e 16 das demonstrações financeiras consolidadas, em especial as que se referem às estimativas e pressupostos que apresentam maior sensibilidade no cálculo do valor de uso e impostos diferidos, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e o que foi considerado relevante.</p>

#### 4. Adoção da IFRS 16 - Locações

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo adotou a IFRS 16 - Locações a partir de 1 de janeiro de 2019.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Compreensão e avaliação dos procedimentos realizados pelo Grupo relacionados com a primeira adoção da IFRS 16 - Locações;</li> <li>▶ Revisão dos pressupostos definidos pela Gestão, utilizados na avaliação dos contratos de locação, incluindo a avaliação dos contratos fora de âmbito;</li> </ul>



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>De acordo com as disposições transitórias previstas na IFRS 16 - Locações, o Grupo adotou o <i>modified retrospective method</i> na aplicação inicial, tendo reconhecido o efeito acumulado da primeira adoção na data de transição a 1 de janeiro de 2019. Com a adoção da IFRS 16, o Grupo reconheceu no passivo responsabilidades com locações anteriormente classificadas como locações operacionais ao abrigo da IAS 17 - Locações, mensuradas ao valor presente dos pagamentos remanescentes das locações, descontados com base numa taxa incremental de financiamento a 1 de janeiro de 2019. O ativo correspondente ("direito de uso"), foi mensurado pela quantia que iguala as responsabilidades com locações, ajustada de quaisquer diferimentos, acréscimos de gastos ou adiantamentos relacionados com as locações refletidas na demonstração da posição financeira consolidada.</p> <p>A 31 de dezembro de 2019 o direito de uso e as responsabilidades com locações reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas ascendem a 1.167 e 1.223 milhões de euros, respetivamente, referente essencialmente aos FPSO's, edifícios, áreas de serviço e navios, com diferentes maturidades e opções de extensão ou rescisão do contrato de locação.</p> <p>Consideramos este assunto como uma matéria relevante de auditoria decorrente da complexidade do cálculo associado às responsabilidades com locações e direito de uso, assim como dos novos processos para a recolha de dados e do significativo julgamento da gestão na determinação de pressupostos como o termo de locação e a taxa de financiamento incremental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Teste das taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor presente das responsabilidades com locações e ativos correspondentes;</li> <li>▶ Obtenção da lista completa dos contratos de locação e teste à integralidade da informação utilizada pela Gestão;</li> <li>▶ Execução, para uma amostra de contratos, de testes de detalhe para concluir sobre a exatidão dos dados recolhidos para cada contrato de locação; e</li> <li>▶ Recálculo, para uma amostra de contratos, da determinação do direito de uso.</li> </ul> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relacionadas com a IFRS 16 - Locações, incluindo os impactos da primeira adoção (nota 3 e 7) apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, acordo com os normativos aplicáveis.</p>



## 5. Instrumentos financeiros derivados

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Tal como referido nas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos riscos financeiros.</p> <p>A 31 de dezembro de 2019 o saldo no ativo dos instrumentos derivados ascende a 140 milhões de euros e no passivo a 89 milhões de euros.</p> <p>Alguns derivados contratualizados enquadram-se na contabilidade de cobertura definida na IFRS 9 Instrumentos financeiros: 'Reconhecimento e Mensuração', enquanto outros, mesmo que contratados e detidos com o objetivo de gerir o risco, não cumprem com os requisitos da contabilidade de cobertura e são contabilizados como derivados de <i>trading</i>, com as variações de justo valor registadas diretamente na demonstração de resultados.</p> <p>O volume de transações, a expressão dos montantes, o grau de julgamento associado à valorização e a magnitude potencial dos impactos decorrentes da atividade de <i>trading</i>, juntamente com a complexidade dos sistemas de informação, folhas de cálculo e processos que suportam um volume significativo de diferentes tipos de transações de derivados, justificam que este assunto tenha sido constituído uma matéria relevante da nossa auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Avaliação da conformidade dos instrumentos financeiros derivados com os princípios contabilísticos previstos no IAS 32 Instrumentos financeiros: 'Apresentação' e IFRS 9 Instrumentos financeiros: 'Reconhecimento e Mensuração', incluindo a revisão das designações de cobertura de fluxos de caixa e justo valor;</li> <li>▶ Teste de amostragem à valorização das posições em aberto, incluindo: (a) validação dos termos do contrato e pressupostos-chave; (b) confirmação do uso apropriado de curvas de preço através de fontes externas; e (c) recálculo independente do justo valor;</li> <li>▶ Conciliação por amostragem, de posições abertas à data da demonstração da posição financeira através de declarações independentes ou das contrapartes;</li> <li>▶ Revisão, conciliação e verificação da adequabilidade e consistência dos cálculos dos relatórios gerados pelos sistemas e folhas de cálculo relativas aos instrumentos financeiros derivados;</li> </ul> <p>Revisão da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras associadas aos instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (nota 19), incluindo divulgações relacionadas com o justo valor e de mercado, de acordo com os normativos contabilísticos aplicáveis e outros fatores considerados relevantes.</p>





Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório integrado de gestão, sustentabilidade e governo societário (adiante designado Relatório integrado) foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório integrado.



### Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório integrado a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

### Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório integrado, no que respeita às matérias de governo societário, inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos revisores oficiais de contas da Galp Energia, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2022;

- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 20 de março de 2020;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Grupo os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
  - Revisão limitada sobre as demonstrações financeiras intercalares;
  - Emissão de uma Comfort Letter relativa à atualização do prospeto base do Programa Euro Medium Term Note ("EMTN") de 5.000.000.000 Euros, emitido por Galp Energia, SGPS, S.A.;
  - Relatório independente de garantia razoável de fiabilidade sobre o cálculo dos rácios financeiros;
  - Relatórios de procedimentos acordados sobre (i) declarações trimestrais de compras de gás natural; e (ii) declarações anuais de compras de gás natural, de acordo com os termos de referência aprovados pela ERSE - Entidade reguladora dos Serviços Energéticos;

**PARTE I**  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



- Relatório de procedimentos acordados sobre os critérios de apuramento e validação dos preços de venda da Galp Gás Natural, SA, para os Comercializadores de Último Recurso Grossista - CURG, efetuados de acordo com os termos de referência estabelecidos no Regulamento Tarifário (RT) da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos; e
- Relatórios de procedimentos acordados sobre a revisão de listagem de preços de venda de combustíveis refinados da Petrogal S.A..

Lisboa, 20 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119  
Registado na CMVM com o n.º 20160731

Parte II  
Demonstrações  
financeiras  
individuais



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

## Demonstração da posição financeira

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros -€k)			
Ativo	Notas	2019	2018
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos tangíveis	4	2	5
Direitos de uso de ativos	6	100	-
Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	2.801.167	2.801.167
Ativos por impostos diferidos	16	180	180
Outras contas a receber	11	90	90
Outros ativos financeiros	12	1.897.850	1.937.850
<b>Total de ativos não correntes:</b>		<b>4.699.389</b>	<b>4.739.292</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Clientes	11	1.045	1.044
Outras contas a receber	11	8.091	9.434
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	16	85.895	50.902
Caixa e seus equivalentes	13	44.612	8.932
Outros ativos financeiros	12	173.372	185.589
<b>Total dos ativos correntes:</b>		<b>313.015</b>	<b>255.901</b>
<b>Total do ativo:</b>		<b>5.012.405</b>	<b>4.995.193</b>

**PARTE II**  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Capital Próprio e Passivo	Notas	2019	2018
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social e prêmios de emissão	22	911.257	911.257
Reservas	22	193.828	193.828
Resultados acumulados		669.553	691.345
<b>Total do capital próprio:</b>		<b>1.774.637</b>	<b>1.796.429</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Dívida financeira	14	2.368.729	2.436.426
Responsabilidades por locações	6	59	-
Outras contas a pagar	15	2.112	2.124
<b>Total do passivo não corrente:</b>		<b>2.370.900</b>	<b>2.438.550</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Dívida financeira	14	246.057	553.526
Responsabilidades por locações	6	42	-
Fornecedores	15	884	568
Outras contas a pagar	15	530.130	151.328
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	16	89.755	54.792
<b>Total do passivo corrente:</b>		<b>866.868</b>	<b>760.214</b>
<b>Total do passivo:</b>		<b>3.237.768</b>	<b>3.198.764</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>		<b>5.012.405</b>	<b>4.995.193</b>

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração dos resultados e do rendimento integral

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração dos resultados e do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

		(Montantes expressos em milhares de Euros - €k)	
	Notas	2019	2018
Prestação de serviços	23	10.198	10.198
Outros proveitos operacionais	23	169	-
Proveitos financeiros	26	73.636	96.579
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9	519.579	463.950
Total de proveitos e ganhos:		603.582	570.727
Fornecimentos e serviços externos	24	(3.842)	(3.231)
Custos com o pessoal	24 e 25	(9.525)	(8.770)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	4, 6 e 24	(46)	(4)
Outros custos operacionais	24	(635)	(279)
Custos financeiros	26	(45.505)	(66.536)
Total de custos e perdas:		(59.552)	(78.820)
Resultado antes de impostos e outras contribuições:		544.030	491.907
Imposto sobre o rendimento	16	(7.115)	(7.597)
Resultado líquido do exercício		536.915	484.310
Resultado básico e diluído por ação (valor em Euros)		0.65	0.58
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>536.915</b>	<b>484.310</b>
Itens que no futuro não serão reciclados por resultados do período			
Ganhos e perdas atuariais - fundo pensões	17	-	-
Imposto relacionado aos ganhos e perdas atuariais	16	-	-
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>536.915</b>	<b>484.310</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do rendimento integral e devem ser lidos em conjunto.



**PARTE II**  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

## Demonstração das alterações no capital

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Montantes expressos em milhares de Euros - €k)

	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Outras reservas	Resultados acumulados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018		829.251	82.006	193.828	261.966	421.888	1.788.939
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	484.310	484.310
Rendimento integral do período					-	484.310	484.310
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	(476.819)		(476.819)
Aumento/diminuição de Reservas por aplicação de resultados		-	-	-	421.888	(421.888)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.828</b>	<b>207.035</b>	<b>484.310</b>	<b>1.796.429</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2019		829.251	82.006	193.828	207.035	484.310	1.796.429
Resultado líquido do período		-	-	-	-	536.915	536.915
Rendimento integral do período		-	-	-	-	536.915	536.915
Distribuição de dividendos/dividendos antecipados	22	-	-	-	(558.708)	-	(558.708)
Aumento/diminuição de Reservas por aplicação de resultados		-	-	-	484.310	(484.310)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019</b>		<b>829.251</b>	<b>82.006</b>	<b>193.828</b>	<b>132.638</b>	<b>536.915</b>	<b>1.774.637</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.

PARTE II  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## Demonstração dos fluxos de caixa

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

		(Montantes expressos em milhares de Euros - €k)	
	Notas	2019	2018
<b>Atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		12.388	14.775
Pagamentos a fornecedores		(6.848)	(5.780)
Pagamentos ao pessoal		(4.789)	(4.320)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(7.145)	(4.220)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		3.124	9.628
Recebimentos de dividendos	9	519.925	463.660
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>516.655</b>	<b>473.743</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		71.676	94.542
Empréstimos concedidos		167.467	94.034
Pagamentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	(156.905)
Empréstimos concedidos		(110.900)	(127.186)
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>128.243</b>	<b>(95.515)</b>
<b>Atividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		4.731.727	3.742.583
Pagamentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		(4.712.002)	(3.575.923)
Juros de empréstimos obtidos		(64.409)	(68.500)
Juros e custos similares		(5.792)	-
Locações	6	(41)	-
Juros de locações	6	(3)	-
Dividendos/distribuição de resultados	22	(558.708)	(476.819)
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(609.227)</b>	<b>(378.659)</b>
<b>Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>35.671</b>	<b>(431)</b>
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		972	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	7.893	8.324
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>13</b>	<b>44.535</b>	<b>7.893</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

## Notas às demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2019

### 1. INFORMAÇÃO CORPORATIVA

A Galp Energia SGPS, S.A. (adiante designada por "Galp" ou "Empresa") foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de abril de 1999, com a denominação de "Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.", tendo adotado, em 13 de setembro de 2000, a denominação atual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações diretas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (atualmente denominada por Petrogal, S.A.); GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. (atualmente denominada por Galp Gás & Power, SGPS, S.A.) e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. ("Transgás, S.A." atualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

A Empresa tem por objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades do setor energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.

Ao longo dos últimos anos a estrutura acionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de dezembro de 2019 evidenciada na Nota 22.

Parte das ações da Empresa representativas de 93% do capital social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

### 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

#### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Galp foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2019. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo Standing Interpretation Committee ("SIC") e International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros (unid: €k), arredondados ao milhar mais próximo salvo indicação em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações

financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

As políticas contábilísticas adotadas são apresentadas conforme o seu conteúdo, na respectiva nota do anexo. As políticas contábilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

### Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contábilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contábilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) ativos tangíveis, direitos de uso e participações financeiras (Nota 4,6 e 9); (ii) imparidade para contas a receber (Nota 11); (iii) vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis e intangíveis (Nota 4) e (iv) ativos por impostos diferidos e estimativas sobre posições fiscais incertas (Nota 16).

### Políticas contábilísticas gerais

#### Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício nas mesmas rubricas onde estão refletidos os réditos e perdas associados com essas transações, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

## 3. IMPACTOS RESULTANTES DA APLICAÇÃO DE NOVAS NORMAS OU ALTERAÇÕES AS NORMAS IFRS

### 3.1 Adoção de novas normas em 2019

#### Adoção da IFRS 16 - Locações

A IFRS 16 determina como se deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar os contratos de locação mantidos por uma entidade. Esta norma prevê um único modelo de contabilização para o locatário, exigindo como regra geral o reconhecimento de

**PARTE II**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

um direito de uso e de um passivo de locação, com exceção para algumas situações tais como por exemplo, locações com maturidades inferiores a doze meses ou que sejam de valor imaterial.

O direito de uso do ativo é amortizado ao longo da sua vida útil económica e o passivo financeiro, reconhecido pelo valor presente descontado à taxa de juro incremental da entidade legal ou à taxa de juro efetiva associada ao contrato de locação, vencerá juros, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados. Para cada locação, a amortização subsequente do ativo correspondente ao direito de uso e os custos com juros relacionados com o passivo financeiro são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período do contrato. A IFRS 16 vem substituir a IAS 17 – Locações, IFRIC 4 – Determinar se um contrato possui uma locação, SIC 15 – Locações operacionais – Incentivos e SIC 27 – Avaliar a substância de transações envolvendo a forma legal de uma locação e entra em vigor em períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

A Empresa decidiu aplicar a IFRS 16 utilizando uma abordagem retrospectiva simplificada (*Modified retrospective approach*) permitida pela norma. Assim, no reconhecimento inicial reconheceu os direitos de uso de ativos no mesmo montante dos passivos de locação sem a reexpressão de períodos anteriores.

Conforme permitido pela norma, a Empresa aplicou o expediente prático disponível no normativo à avaliação anterior de quais contratos são, ou contêm, locação (*“grandfathering”*), excluindo da adoção inicial da IFRS 16 os contratos existentes fora do âmbito de aplicação da IAS 17.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de locação são apresentados nos fluxos de caixa das atividades de financiamento, representando os pagamentos dos passivos financeiros e os juros devidos. Os pagamentos de locação relacionados com ativos de baixo valor, contratos de locação com prazos inferiores a 12 meses e pagamentos variáveis de locação que não estão vinculados a um índice, não estão incluídos no passivo de locação e continuam a ser apresentados como fluxo de caixa das atividades operacionais.

As taxas de desconto que foram usadas na transição são as taxas de juro incrementais, conforme apropriado para cada locação, com base em fatores como a entidade legal do locatário, categoria de ativo, prazo de locação e moeda.

Atualmente, a taxa de desconto aplicável aos contratos de locação na Empresa é de 3,57%.

A política contabilística encontra-se descrita na Nota 6.

### 3.2 Normas e interpretações aprovadas e publicadas pela União Europeia

As normas IFRS aprovadas e publicados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e com aplicação contabilística nos exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 1 e IAS 8: Definição de material	29/11/2019	01/01/2020	2020	Aplicável mas sem impacto significativo.
Alterações às IFRS pela publicação da Estrutura Conceptual	29/11/2019	01/01/2020	2020	Sem impacto previsível.

**PARTE II**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

As normas IFRS aprovadas e publicadas no JOUE com aplicação no exercício de 2019 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alteração à IFRS 9: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa	26/03/2018	01/01/2019	2019	Sem impactos contabilísticos relevantes.
IFRIC 23: Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre rendimento	23/10/2018	01/01/2019	2019	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Alteração à IAS 28: Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos	08/02/2019	01/01/2019	2019	Não aplicável.
Alteração à IAS 19: Alterações, reduções e liquidações de planos de benefício definido	13/03/2019	01/01/2019	2019	Não aplicável.
Ciclo anual de melhorias 2015-2017: (i) IAS 23: Custos de empréstimos obtidos; (ii) IAS 12: Impostos sobre o rendimento; e (iii) IFRS 3: Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11: Acordos conjuntos	14/03/2019	01/01/2019	2019	Sem impactos contabilísticos relevantes.
IFRS 16: Locações	31/10/2017	01/01/2019	2019	Com impacto contabilístico (Nota 6).

## 4. ATIVOS TANGÍVEIS

### Política contabilística

#### Reconhecimento

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, as despesas de transporte, montagem, obrigações de desmantelamento e os encargos financeiros suportados pela empresa durante o período de construção. Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. São depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam substancialmente concluídos ou prontos para uso.

#### Gastos com reparação e manutenção

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciados às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

#### Depreciação

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de janeiro de 2004) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão. Utiliza-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, o período de concessão.

**PARTE II**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

Taxas de depreciação	2019	2018
Equipamento administrativo	12,5%	12,5%

**Imparidades**

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este

possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) da Empresa.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

**Estimativas contabilísticas e julgamentos****Vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis**

A determinação dos valores residuais e das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor a nível internacional. Alterações na vida económica dos ativos são registadas de forma prospetiva.

						Unid: €k	
					2019	2018	
	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equip. Administrativo	Outros ativos tangíveis	Total	Total	
Em 31 de dezembro							
Custo	34	52	324	1.009	1.419	1.419	
Depreciação acumulada	(34)	(52)	(323)	(1.009)	(1.417)	(1.414)	
Valor Líquido	-	-	2	-	2	5	
Saldo inicial	-	-	5	-	5	9	
Depreciações e imparidades	-	-	(3)	-	(3)	(4)	
Saldo final	-	-	2	-	2	5	

## 5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

## 6. DIREITOS DE USO E RESPONSABILIDADES POR LOCAÇÕES

### Reconhecimento

A Empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa. Em geral, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- Pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- Pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;

- Montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- Preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- Pagamento de penalidades pela cessação antecipada do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é mensurada pelo custo amortizado, através do método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Empresa altere a sua avaliação acerca a opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, sendo registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

A Empresa apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira.

### Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A Empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, os contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

### Amortização

O direito de uso do ativo é amortizado através do método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.



## Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, sendo ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Administração, assim como as melhores práticas em uso pelos *peers* do setor.

### Imparidade dos Direitos de uso de Ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Administração, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Os Direitos de uso são detalhados como segue:

	Unid: €k	
	Viaturas	Total
Em 31 de dezembro 2019		
Custo	138	138
Amortização acumulada	(38)	(38)
Valor Líquido	100	100
Aplicação da IFRS 16 a 1 de janeiro 2019	85	85
Adições	64	64
Amortizações	(42)	(42)
Abates	4	4
Outros ajustamentos	(10)	(10)
Saldo a 31 de dezembro 2019	100	100

As responsabilidades por locações são como segue:

	Unid: €k
	2019
Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados	107
Inferior a um ano	43
Um a cinco anos	63
Mais de cinco anos	-
Responsabilidades por locações na posição financeira	101
Corrente	42
Não corrente	59

Os montantes reconhecidos nos resultados do período apresentam o seguinte detalhe:

	Unid: €k
	2019
	54
Juros de locações	3
Despesas relacionadas com locações operacionais de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis	51

**PARTE II**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa são como segue:

	Unid: €k
	2019
Atividades de financiamento	(44)
Pagamentos relativos a locações	(41)
Pagamentos relativos a juros locações	(3)

## 7. SUBSÍDIO

Não aplicável.

## 8. GOODWILL

Não aplicável.

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são como segue:

	País	Percentagem de capital detido	
		2019	2018
<b>Empresas Subsidiárias</b>			
Galp Energia, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Galp Energia E&P, BV	Holanda	100,00%	100,00%
Galp Gás & Power, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Petrogal, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%

## 9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

### Política contabilística

As participações em empresas subsidiárias e associadas são registadas ao custo de aquisição, deduzidas, quando aplicável, de perdas por imparidade.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias e associadas são registados nos resultados do exercício quando atribuídos. Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico da participação financeira, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade na mesma rubrica.

## PARTE II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	País	Percentagem de capital detido	
		2019	2018
<b>Empresas Participadas</b>			
ISPG - Instituto do Petróleo e do Gás	Portugal	66.67%	66.67%
Adene - Agência para a Energia, S.A.	Portugal	10.98%	10.98%
Omegas-Soc. D'etuded du Gazoduc Maghreb-Europe	Marrocos	0.00%	0.00%
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente	Portugal	1.45%	1.45%
Galp Eswatini (PTY), Ltd	Eswatini	0.01%	0.01%

	Participações financeiras			Resultados relativos a participações financeiras		
	Custo Aquisição	Imparidade	Valor Líquido	Dividendos	Unid: €k	
					Outros	Total
Participações financeiras em subsidiárias	2.801.167	-	2.801.167	519.579	-	519.579
<b>Empresas subsidiárias:</b>						
Petrogal, S.A.	803.556	-	803.556	61.689	-	61.689
Galp Energia E&P, BV	1.822.692	-	1.822.692	228.567	-	228.567
Galp Gas & Power,SGPS, S.A.	161.765	-	161.765	229.323	-	229.323
Galp Energia, S.A.	13.154	-	13.154	-	-	-

O montante de €346 k de diferença, registado no período findo em 31 de dezembro de 2019, entre o montante de dividendos contabilizados na demonstração dos resultados e o montante recebido constante da demonstração dos fluxos de caixa, na rubrica de dividendos recebidos, refere-se a diferenças cambiais apuradas nos dividendos recebidos da subsidiária Galp Energia E&P BV e contabilizadas na rubrica de ganhos(perdas) cambiais.

## 10. INVENTÁRIOS

Não aplicável.

# 11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

## Política contabilística

As contas a receber são inicialmente registadas ao valor da transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber. De um modo geral, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal, nem do seu justo valor.

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

## Estimativas e julgamentos contabilísticos

### Imparidades de contas a receber

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores

macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Administração relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

### Risco de crédito

Para fins de Risco de Crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, o controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pelo conselho. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Administração.

As vendas a clientes de retalho são liquidadas em dinheiro ou utilizando cartões de crédito, reduzindo o risco de crédito. Não há concentrações significativas de risco de crédito, seja por exposição a clientes individuais, setores específicos da indústria e/ou regiões.

Para futuras mitigações do risco de crédito, as garantias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito são um *standard* da política de risco global da Empresa.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

## Cientes

A rubrica de clientes, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, apresenta o seguinte detalhe:

	Unid: €k	
	Corrente	
	2019	2018
Cientes (Nota 28)	1.045	1.044
Antiguidade da dívida líquida de cliente	1.045	1.044
Não vencidos	1.033	1.044
Vencidos entre 181 e 365 dias	1	-
Vencidos a mais de 365 dias	11	-

Conforme mencionado nas políticas acima, as contas a receber de clientes estão agrupadas em características de risco de crédito compartilhado e em dias de atraso. Para a Empresa, o nível de risco de crédito das contas a receber é o seguinte:

Tipo	Exposição ao risco
Não vencidos	Baixo
Vencidos até 180 dias	Médio
Vencidos entre 181 e 365 dias	Alto
Vencidos a mais de 365 dias	Muito alto

## Outras contas a receber

As Outras contas a receber apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018:

	Notas	2019		2018	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		8.091	90	9.434	90
Estado e outros entes públicos		46	-	-	-
Outras contas a receber/outros devedores		461	90	251	90
Saldos devedores de fornecedores		88	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		3	-	-	-
Pessoal		86	-	111	-
Outros		284	90	140	90
Empresas relacionadas		1.694	-	2.452	-
Outras contas a receber/outros devedores	28	1.694	-	2.452	-
Ativos resultantes de contratos		3.740	-	6.332	-
Ativos resultantes de contratos		3.740	-	6.332	-
Custos diferidos		2.150	-	399	-
Outros custos diferidos		2.150	-	399	-
Imparidade de outras contas a receber		-	-	-	-

## 12. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os Outros ativos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	Nota	Dezembro 2019		Dezembro 2018	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		173.372	1.897.850	185.589	1.937.850
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	350	-	350
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos	28	173.372	1.897.500	185.589	1.937.500

## 13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Política contabilística

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alteração de valor significativa.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de Caixa e seus equivalentes apresenta o seguinte detalhe:

		Unid: €k	
	Notas	2019	2018
		44.535	7.893
Caixa e seus equivalentes		44.612	8.932
Descobertos bancários	14	(77)	(1.039)

## 14. DÍVIDA FINANCEIRA

### Política contabilística

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

**PARTE II**  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a dívida financeira detalha-se, como segue:

	Notas	Unid: €k			
		2019		2018	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		246.057	2.368.729	553.526	2.436.426
Empréstimos bancários		246.057	547.039	55.682	792.150
Origination fees		-	(325)	(1.028)	(1.194)
Empréstimos bancários e papel comercial		245.980	547.364	55.669	793.344
Descobertos bancários	13	77	-	1.039	-
Empréstimos por obrigações e Notes		-	1.821.690	497.844	1.644.276
Origination fees		-	(6.341)	(2.156)	(5.724)
Empréstimos Obrigacionistas e Notes		-	1.828.031	500.000	1.650.000

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos bancários, correntes e não correntes, empréstimo obrigacionista, excluindo *origination fees* e descobertos bancários, tinham as seguintes vencimentos:

Vencimento	Unid: €k		
	Total	Corrente	Não corrente
	2.621.375	245.980	2.375.395
2020	245.980	245.980	-
2021	531.308	-	531.308
2022	371.056	-	371.056
2023	770.000	-	770.000
2024 onward	703.031	-	703.031



**PARTE II**  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Captações	Amortizações de principal	Movimentações descobertos bancários	Diferenças cambiais e outros	Saldo final
	2.989.952	1.526.600	(1.905.669)	(962)	4.866	2.614.786
Empréstimos bancários	847.832	1.350.000	(1.405.669)	(962)	1.896	793.096
Origination fees	(2.221)	-	-	-	1.896	(325)
Empréstimos bancários e papel comercial	849.014	1.350.000	(1.405.669)	-	-	793.344
Descobertos bancários	1.039	-	-	(962)	-	77
Empréstimos por obrigações e Notes	2.142.120	176.600	(500.000)	-	2.970	1.821.690
Origination fees	(7.880)	-	-	-	1.539	(6.341)
Empréstimos obrigacionistas	650.000	176.600	-	-	1.431	828.031
Notes	1.500.000	-	(500.000)	-	-	1.000.000

O custo médio da dívida financeira para o período em análise, incluindo os encargos com descobertos bancários, ascendeu a 1,77%.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2019 a Empresa contratou novos empréstimos obrigacionistas como a seguir se detalham:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
	176.600			
GALP ENERGIA/2019 - USD 100 M DUE MARCH 2024	88.300	USD Libor 6M + spread	março 24	março 24
GALP ENERGIA/2019 - USD 100 M DUE 2024	88.300	USD Libor 6M + spread	março 24	março 24

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2019 a Empresa emitiu e em simultâneo amortizou €1.350.000 k através de programas de papel comercial.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2019 a Empresa liquidou o seguinte Note:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
	500.000			
Galp 4.125% 01.2019	500.000	Taxa fixa 4,125%	janeiro 19	janeiro 19

## 15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

### Política contabilística

Fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a rubrica Fornecedores e outras contas a pagar, correntes e não correntes apresenta-se como segue:

	Notas	2019		2018	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores		884	-	568	-
Fornecedores c/c		143	-	400	-
Fornecedores - faturas em receção e conferência		386	-	168	-
Fornecedores - empresas relacionadas	28	356	-	-	-
<b>Outras contas a pagar</b>		<b>530.130</b>	<b>2.112</b>	<b>151.328</b>	<b>2.124</b>
Estado e outros entes públicos		629	-	509	-
IVA a pagar		336	-	252	-
Outras tributações		293	-	257	-
Outras contas a pagar/outras credores		143	-	89	-
Saldos credores de clientes		2	-	-	-
Pessoal		116	-	53	-
Outros		25	-	36	-
Empresas relacionadas		502.934	-	104.446	-
Empréstimos	28	502.932	-	104.446	-
Outras contas a pagar/outras credores		2	-	-	-
<b>Acréscimos de custos</b>		<b>26.123</b>	<b>2.112</b>	<b>45.899</b>	<b>2.124</b>
Fornecimentos e serviços externos		13	-	5	-
Remunerações a liquidar		1.786	2.112	1.720	2.124
Juros a liquidar		24.129	-	43.983	-
Outros acréscimos de custos		195	-	191	-
Proveitos diferidos		301	-	385	-
Outros		301	-	385	-

## 16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### Política contabilística

A Empresa e algumas das suas subsidiárias encontram-se abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”). A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados periodicamente utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

### Estimativas e julgamentos contabilísticos

#### Ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

**PARTE II**  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

	Notas	Unid: €k			
		Ativo		Passivo	
		2019	2018	2019	2018
		85.895	50.902	89.755	54.792
Empresas do grupo	28	75.021	16.427	63.778	54.792
Imposto sobre rendimento a receber/pagar		75.021	16.427	63.778	54.792
Estado e outros entes públicos		10.874	34.475	25.976	-
Imposto sobre rendimento a receber/pagar		10.874	34.475	25.976	-

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é detalhado como segue:

	Unid: €k					
	2019			2018		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
Imposto do período	7.115	-	7.115	7.597	-	7.597
Imposto sobre o rendimento do período	6.677	-	6.677	7.594	-	7.594
Insuficiência (Excesso) estimativa imposto	438	-	438	3	-	3

Segue abaixo a reconciliação do imposto sobre o rendimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Unid: €k					
	2019	Taxa	Imposto sobre o Rendimento	2018	Taxa	Imposto sobre o Rendimento
Resultado Antes de Impostos:	544.030	21,00%	114.246	491.907	21,00%	103.300
Ajustamentos ao Imposto sobre o rendimento:						
Dividendos recebidos		(20,06%)	(109.112)		(19,81%)	(97.430)
(Excesso)/Insuficiência da estimativa de imposto		0,08%	438		0,00%	3
Tributação autónoma		0,02%	135		0,01%	54
Derrama Municipal e Estadual		0,26%	1.397		0,33%	1.633
Outros acréscimos e deduções		0,00%	11		0,01%	37
Taxa e imposto efetivo sobre o rendimento		1,31%	7.115		1,54%	7.597

Em 31 de dezembro de 2019 o movimento de impostos diferidos ativos e passivos é composto como segue:

	Unid: €k	
	2018	2019
Impostos diferidos ativos	180	180
Outros	180	180

## 17. Responsabilidades com benefícios de retorno e outros benefícios

Não aplicável.

## 18. Provisões

Não aplicável.

## 19. Instrumentos financeiros derivados

Não aplicável.

## 20. Ativos e passivos financeiros

### Política contábilística

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados (derivados).

A Administração determina a classificação dos investimentos no reconhecimento inicial e reavalia no final de cada período de relato, se e somente se houver uma alteração do modelo de negócios. Para passivos financeiros, a alteração da classificação não é permitida.

### Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas dos instrumentos financeiros são reconhecidas na data da transação. Os investimentos são

**PARTE II**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor por resultados são subsequentemente atualizados ao justo valor, as divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

Assim mesmo, ativos ao justo valor por resultado integral são mensurados ao custo, como um proxy para o seu justo valor, uma vez que não são cotados numa bolsa de valores, não se encontra disponível informação recente que permita estimar o seu justo valor de forma fiável, e os montantes em questão são imateriais.

**Desreconhecimento dos investimentos**

Os Ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

**Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral**

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são compostos principalmente por investimentos em participações. Quando esses tipos de ativo financeiros são desreconhecidos, o ganho ou a perda será mantida no capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado do exercício.

**Ativos financeiros ao custo amortizado**

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivados que são detidos exclusivamente para pagamentos do

capital e juros (“SPPI”). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

Contas a receber e outras contas a receber são reconhecidos inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa efetiva, menos imparidades.

**Hierarquia de justo valor**

Em conformidade com as normas contabilísticas uma entidade deve classificar as mensurações de justo valor com base numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor segue os seguintes níveis:

- Nível 1 – O justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercado líquidos ativos à data de referência da posição financeira;
- Nível 2 – O justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 – O justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Ativos financeiros ao custo amortizado incluem contas a receber, outros devedores, outras contas a receber deduzidos das imparidades.

Passivos financeiros incluem contas a pagar, outros credores, e credores das empresas relacionadas.

**PARTE II**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentam-se como segue:

	Notas	2019	2018
Unid: €k			
Ativos financeiros por categoria		2.122.862	4.265.933
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12	350	350
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor	11 e 12	2.080.098	4.257.096
- menos custos diferidos, garantias e imposto a receber		(2.198)	(445)
Caixa e equivalentes de caixa	13	44.612	8.932

	Notes	2019	2018
Unit: €k			
Passivos financeiros por categoria		3.147.083	3.143.689
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados - Derivados		-	-
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	6, 14 e 15	3.148.013	3.143.969
- menos proveitos diferidos, garantias e imposto a pagar		(930)	(280)

## 21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa encontra-se exposta a vários tipos de riscos de mercado inerentes às atividades que conduz. A informação detalhada sobre estes riscos e o impacto dos mesmos no Grupo Galp encontra-se refletido na Nota 21 do Anexo às contas consolidadas da Empresa.

## 22. ESTRUTURA DE CAPITAL

### Capital social

O capital social da Galp Energia é composto por 829.250.635 ações, com valor nominal de 1 Euro e integralmente realizado. Destas, 771.171.121, ou seja, 93% do capital social, estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam cerca de 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e não estão admitidas à negociação.

**PARTE II**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa tinha registado em capital próprio o montante de €82.006 k, referente a prémio de emissão

de ações, perfazendo, o capital social mais o prémio de emissão de ações, o total de €911.257 k.

A estrutura acionista a 31 de dezembro de 2019 é como segue:

Acionistas	N.º de ações	Participação (%)	Participação imputável (%)
Amorim Energia BV	276.472.161	33,34%	33,34%
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	62.021.340	7,48%	7,48%
Free-float	490.757.134	59,18%	59,18%
<b>Total</b>	<b>829.250.635</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## Outras reservas

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Esta rubrica pode ser detalhada da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Unid: €k	
	2019	2018
	193.828	193.828
Reservas Legais	165.850	165.850
Reservas Livres	27.977	27.977

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a reserva legal encontra-se integralmente constituída de acordo com a legislação em vigor.

## Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 12 de abril de 2019, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia SGPS, S.A. dividendos no montante de €524.501 k, €484.310 k relativos a distribuição do resultado líquido do exercício de 2018 e €40.191 k de resultados acumulados, correspondendo a um dividendo de €0,63 por ação. Deste montante € 228.044 foram pagos em 20 de setembro de 2018 e € 296.457 em 9 de maio de 2019.

No decorrer do presente exercício, em 10 de setembro de 2019 a Empresa procedeu ainda ao pagamento de um dividendo antecipado por contas dos resultados de 2019 no montante de €262.251 k. Assim o montante de dividendos pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ascendeu a €558.708 k.



## 23. PROVEITOS E GANHOS

### Política contabilística

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos com exceção do Imposto sobre Produtos Petrolíferos na atividade de distribuição de combustíveis, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os custos e proveitos são contabilizados

no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

As diferenças de câmbio originadas pelos saldos com Fornecedores e Clientes são reconhecidas em Resultados operacionais.

O detalhe dos proveitos e ganhos da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como se segue:

		Unid: €k	
	Notas	2019	2018
		603.582	570.727
Prestações de serviços		10.198	10.198
Outros proveitos operacionais		169	-
Proveitos suplementares		169	-
Outros		-	-
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9	519.579	463.950
Proveitos financeiros	26	73.636	96.579

## 24. CUSTOS E PERDAS

Os custos e perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 detalham-se como segue:

	Notas	2019	2018
Unid: €k			
Total de custos:		59.552	78.820
Fornecimento e serviços externos:		3.842	3.231
Outros trabalhos especializados		2.003	1.880
Deslocações e estadas		444	468
Outros Custos		1.395	883
Custos com pessoal:	25	9.525	8.770
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos	4 and 6	46	4
Outros custos:		635	279
Outros impostos		528	177
Outros custos operacionais		108	102
Custos financeiros	26	45.505	66.536

## 25. CUSTOS COM PESSOAL

### Política contabilística

#### Custos com pessoal

Salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no ano em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Empresa registou em custos com pessoal os seguintes montantes:

	Notas	2019	2018
Unid: €k			
Total de custos do exercício		9.525	8.770
Remunerações órgãos sociais		7.185	6.815
Remunerações do pessoal		668	647
Encargos sociais órgãos sociais		1.089	1.026
Encargos sociais do pessoal		17	-
Outros seguros		385	102
Outros gastos		180	178
Remunerações órgãos sociais		7.185	6.815
Remunerações		5.239	5.051
Prémios		1.477	1.488
Subsídios		469	276
Outros encargos e regularizações		1.089	1.026

## 26. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

### Política contabilística

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos externos, empréstimos de/a partes relacionadas, locações e planos de benefícios de reforma e outros benefícios. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

Unid: €k

	Notas	2019	2018
		28.132	30.043
Proveitos financeiros		73.636	96.579
Juros de depósitos bancários		197	2
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	28	73.439	96.577
Custos financeiros		(45.505)	(66.536)
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros		(39.287)	(63.967)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	28	(5.297)	(1.401)
Juros relativos a locações	6	(3)	-
Ganhos/(Perdas) cambiais líquidas		(113)	(290)
Outros custos financeiros		(805)	(878)

## 27. ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

### Política contabilística

Os ativos e passivos contingentes surgem de eventos não planeados ou inesperados que poderão originar influxos ou efluxos económicos da empresa. A empresa não reflete nas suas contas este tipo de ativos e passivos, pois podem não se efetivar. Os ativos e passivos contingentes são divulgados em anexo às contas.

No decorrer das suas operações comerciais, a Empresa celebrou contratos, no âmbito dos quais assumiu compromissos para fins comerciais, regulatórios ou outros fins comerciais. A 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as responsabilidades com garantias concedidas são as seguintes:

**PARTE II**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Unid: €k	
	2019	2018
<b>Total Garantias</b>	3.606.208	3.494.082
Venture Global. LLC	1.780.310	1.747.000
Contratos de afretamento FPSO	1.293.395	1.269.000
Projeto Coral South FLNG	299.252	176.000
Cercena Investments. S.L.U.	178.259	-
Direção Geral Impostos/Direção Geral do Tesouro	35.686	35.686
Oil Insurance Limited	16.646	11.882
REN - Rede Elétrica Nacional	1.650	1.650
Governos da Rep. Dem. de Timor-Leste. São Tomé e Príncipe e Namíbia	534	12.565
Autoridade Tributária e Aduaneira	473	473
APL - Administração Porto de Lisboa	3	2
A favor de entidades terceiras por conta de empresas do grupo	-	83.929
Garantias substitutas de crédito	-	5.895
Relativas a financiamento obtido	-	150.000

Nos termos do contrato celebrado em Abril de 2018 com a Venture Global, LLC, relativo à compra de venda de LNG, a Galp emitiu cartas de conforto em nome da Galp Gás Natural, no montante global do contrato (USD 2bn).

Relativamente a 4 contratos de afretamento de FPSO's a Galp emitiu cartas de conforto no montante de €1.293.395 k em nome da Tupi BV, que representa a proporção da Galp no consórcio BM-S-11.

Ao abrigo do financiamento do projeto Coral South FLNG, a Galp Energia SGPS deverá prestar uma garantia (DSU-Debt Service Undertaking) sobre a totalidade do montante em dívida a cada momento na proporção sua participação. Esta garantia deverá terminar no momento do *Actual Completion Date* (estimado para o ano 2024) caso não existam obrigações em aberto. A 31 de dezembro de 2019, a parcela Galp da DSU ascendia a €269.327 k. Também no âmbito deste financiamento, a Galp Energia SGPS,

S.A. presta uma garantia que cobre 1/9 da DSU em nome da ENH ("Empresa Nacional de Hidrocarbonetos"); um dos membros do consórcio do projeto Coral Sul FLNG), o que correspondente à participação Galp sobre o total das participações excluindo a ENH. A 31 de dezembro de 2019, a parcela Galp da DSU relativa à ENH ascendia a €29.925 k.

Para dar cumprimento à sua estratégia de investimento em energias renováveis, o Grupo entrou em PPA's, tendo a Galp Energia SGPS, S.A. emitido cartas de conforto em nome da Galp Energia Espanha, a favor de Cercena Investments no montante de € 178.259 k.

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Política contabilística

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras.

(a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se: (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;

(b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um

## PARTE II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade

relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); (vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

Os saldos e transações com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2019 podem ser resumidos com se segue:

	Total	Clientes (Nota 11)	Empréstimos concedidos (Nota 12)	Outras contas a receber (Nota 11)	Impostos correntes (Nota 16)	Unid: €k	
						Corrente	Não Corrente
						Acréscimos e diferimentos	Empréstimos concedidos (Nota 12)
<b>Saldos ativos:</b>	<b>2.152.372</b>	<b>1.045</b>	<b>173.372</b>	<b>1.694</b>	<b>75.021</b>	<b>3.740</b>	<b>1.897.500</b>
Empresas do Grupo	2.152.741	1.037	173.372	1.680	75.412	3.740	1.897.500
Empresas conjuntamente controladas e associadas	(370)	8	-	13	(391)	-	-
Outras entidades relacionadas	1	-	-	1	-	-	-

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2018.

	Total	Fornecedores (Nota 15)	Empréstimos obtidos (Nota 15)	Outras contas a pagar (Nota 15)	Impostos correntes (Nota 16)	Unid: €k	
						Current	Acréscimos e diferimentos
<b>Saldo passivo:</b>	<b>567.378</b>	<b>356</b>	<b>502.932</b>	<b>-</b>	<b>63.778</b>	<b>-</b>	<b>312</b>
Empresas do Grupo	567.375	356	502.932	-	63.778	-	309
Outras entidades relacionadas	3	-	-	-	-	-	3

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	Gastos operacionais	Rendimentos operacionais	Gastos financeiros (Nota 26)	Unid: €k	
				Rendimentos financeiros (Nota 26)	
<b>Transactions:</b>	<b>(126)</b>	<b>10.360</b>	<b>(5.297)</b>	<b>-</b>	<b>73.439</b>
Empresas do Grupo	232	10.360	(5.297)	-	73.439
Outras entidades relacionadas	(358)	-	-	-	-

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2018.

## 29. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

No início de 2020, a evolução da pandemia de COVID-19 e a volatilidade do preço do petróleo nos mercados internacionais tem aumentado o clima de incerteza na economia mundial sobre as perspectivas de curto prazo. No entanto, a esta data, as perspectivas futuras de médio e longo prazo do Grupo Galp Energia e que foram incorporados nos testes de imparidade, permanecem inalteradas.

## 31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2020.

### Presidente:

Paula Amorim

### Vice Presidente e Lead Independent Director:

Miguel Athayde Marques

### Vice Presidente:

Carlos Gomes da Silva

### Membros:

Filipe Crisóstomo Silva  
Thore E. Kristiansen  
Carlos Costa Pina  
José Carlos da Silva  
Sofia Tenreiro  
Susana Quintana-Plaza  
Marta Amorim  
Francisco Rêgo  
Carlos Pinto  
Luís Todo Bom  
Jorge Seabra de Freitas  
Rui Paulo Gonçalves  
Diogo Tavares  
Edmar de Almeida  
Cristina Neves Fonseca  
Adolfo Mesquita Nunes

### Contabilista certificado:

Paula de Freitas Gazul

**PARTE II**  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Galp Energia, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.012.405 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.774.637 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 536.915 milhares de euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:





### 1. Recuperabilidade das Participações Financeiras em empresas Subsidiárias e Associadas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante total de investimento em empresas subsidiárias e associadas registado nas demonstrações financeiras individuais da Galp Energia, SGPS, S.A. a 31 de dezembro de 2019, ascende a 2.801.167 milhares de euros.</p> <p>Os investimentos em empresas subsidiárias e associadas são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade, analisada à data de balanço de forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p> <p>Se foram identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento económicas e do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>No exercício de 2019 não foram identificados indícios de imparidade nos investimentos em empresas subsidiárias e associadas, no entanto a Entidade efetuou testes de imparidade aos principais ativos detidos pelos seus Investimentos financeiros não tendo sido reconhecida nenhuma imparidade.</p> <p>O risco de imparidade dos Investimentos em subsidiárias e associadas, foi considerado uma Matéria Relevante de Auditoria por o montante escriturado ser significativo no total do ativo, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, caso existam.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Avaliámos existência de indícios de imparidade na valorização dos investimentos em subsidiárias e associadas, nomeadamente comparando os Capitais Próprios, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico;</li> <li>▶ Obtivemos e analisámos os testes de imparidade, nos casos aplicáveis, preparados pela Gestão, relativamente aos principais ativos dos Investimentos em Subsidiárias e Associadas, incluindo uma validação dos mesmos através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração da Galp Energia SGPS, S.A.;</li> <li>▶ Analisámos, com o suporte de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade;</li> <li>▶ Validámos os cálculos aritméticos do modelo utilizado; e;</li> <li>▶ Revimos e analisámos a razoabilidade dos montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Subsidiárias e Associadas.</li> </ul> <p>Verificámos também a adequação das divulgações aplicáveis (IAS 27 e IAS 36), incluídas nas notas 2 e 9 das notas às demonstrações financeiras.</p>



### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório integrado de gestão, sustentabilidade e governo societário (adiante designado Relatório integrado) foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório integrado.

### Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório integrado a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.



### Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório integrado, no que respeita às matérias de governo societário, inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos revisores oficiais de contas da Galp Energia, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2022.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 20 de março de 2020;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
  - Revisão limitada sobre as demonstrações financeiras intercalares;
  - Emissão de uma Comfort Letter relativa à atualização do prospeto base do Programa Euro Medium Term Note ("EMTN") de 5.000.000.000 Euros, emitido por Galp Energia, SGPS, S.A.; e
  - Relatório independente de garantia razoável de fiabilidade sobre o cálculo dos rácios financeiros.

Lisboa, 20 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119  
Registado na CMVM com o n.º 20160731

## DECLARAÇÃO

## Declaração

O presente relatório constitui o Relatório Integrado de Gestão e Contas de acordo com os requisitos da legislação Portuguesa e Europeia, apresentado junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para a Galp Energia, SGPS, S.A. (a “Sociedade”) e as suas subsidiárias (em conjunto designadas por “Galp”). Este relatório consolida o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário, as demonstrações Financeiras Consolidadas da Galp e as Demonstrações Financeiras Individuais da Sociedade. O presente relatório contém determinadas declarações prospetivas. Declarações prospetivas são declarações que, com exceção daquelas que se referem a factos históricos, compreendem riscos conhecidos e desconhecidos e incertezas que podem fazer com que os resultados, níveis de performance ou eventos reais resultem materialmente diferentes daqueles expressa ou implicitamente contidos nestas declarações. Os termos “acredita”, “ambiciona”, “antecipa”, “continua”, “deve”, “estima”, “meta”, “objetivos”, “perspetivas”, “pode”, “pretende”, “prevê”, “procura”, “programa”, “riscos”, “vai”, “visa” e outros termos e expressões semelhantes identificam em regra estas declarações prospetivas. As declarações prospetivas podem incluir declarações relativas a: objetivos, metas, estratégia, visão e perspetivas de crescimento; planos futuros, eventos, níveis de performance e potencial para crescimento futuro; liquidez, recursos de capital e despesas de capital; perspetivas económicas e tendências do setor; procura e oferta de energia; desenvolvimento dos mercados da Galp; o impacto de iniciativas regulatórias; e a capacidade dos concorrentes da Galp. As declarações prospetivas contidas neste relatório são baseadas em diversas suposições, muitas das quais são, por sua vez, baseadas em outras suposições, as quais incluem, sem limitar, a análise pela administração de tendências operacionais históricas, os dados existentes nos registos internos da Galp, e outros dados disponíveis de terceiros. Embora a Galp acredite que estas suposições foram feitas de forma razoável à data em que foram feitas, estas estão inerentemente sujeitas a riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores importantes difíceis ou impossíveis de prever e que estão para além do seu controlo. Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as expectativas apresentadas sobre eventos ou factos futuros incluem, sem limitar, a estratégia de negócio da Sociedade; o desenvolvimento da indústria; flutuações no preço do petróleo, gás natural e eletricidade; alterações na procura pelos produtos e serviços da Galp; flutuações monetárias; condições económicas e financeiras do mercado; desenvolvimentos legislativos, fiscais e regulatórios, incluindo iniciativas regulatórias para lidar com as mudanças climáticas; riscos políticos; mudanças nas condições comerciais e incerteza dos resultados de futuros projetos e operações, planos, objetivos, expectativas e intenções, entre outros. Estes riscos, incertezas, contingências bem como outros fatores importantes, podem fazer com que os resultados reais da Galp ou da indústria sejam materialmente diferentes dos resultados expressos ou implícitos neste relatório e nestas declarações prospetivas. Consulte ainda a secção “Fatores De Risco” neste relatório para riscos e análise adicionais. Não se assegura que o pagamento de dividendos futuros irá corresponder ou exceder as anteriores distribuições de dividendos. Todas as declarações prospetivas contidas neste relatório são expressamente e integralmente qualificadas por esta secção. Os leitores não devem confiar indevidamente nas declarações prospetivas. As informações, opiniões e declarações prospetivas são válidas apenas para a data deste relatório e estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. A Galp e os seus representantes, agentes, trabalhadores, ou consultores não pretendem, e expressamente negam qualquer dever, compromisso ou obrigação de elaborar, divulgar, qualquer complemento, alteração, atualização ou revisão das informações, opiniões ou declarações prospetivas contidas neste relatório para que reflitam quaisquer alterações, eventos, condições ou circunstâncias.

# ENERGY INMOTION

PARTE III  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS 2019

